



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA

ISIS CÁSSIA SILVA DOS SANTOS

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**A APAEB E SUA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO
LOCAL EM VALENTE-BA**

ISIS CÁSSIA SILVA DOS SANTOS

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**A APAEB E SUA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO
LOCAL EM VALENTE-BA**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura
Plena em Geografia, Departamento de Ciências
Humanas – Campus IV, Universidade do Estado da
Bahia – UNEB como requisito parcial para obtenção
do grau de Licenciado em Geografia.

Orientador: Prof. Ms. Antonio Muniz dos Santos
Filho.

Jacobina
2008

ISIS CÁSSIA SILVA DOS SANTOS

A APAEB E SUA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO
LOCAL EM VALENTE-BA

Monografia aprovada como requisito parcial para
obtenção do grau de Licenciada em Geografia,
Universidade do Estado da Bahia - UNEB, pela
seguinte banca examinadora:

Composição da Banca Examinadora:

Antonio Muniz dos Santos Filho – Orientador
Mestre em Geografia, Universidade Federal da Bahia (UFBA).
Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Prof. (a) avaliador(a) Jacy Bandeira Almeida Nunes
Especialista em Informática Educativa,
Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).
Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Prof. (a) avaliador(a) Marcos Paulo Souza Novais
Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Jacobina, _____ de _____ de 2008.

A

Ivanilda, dona Vanda, mãe amada, por ter me ensinado a perseverança.
Isaque, Galego, pelo apoio incondicional e confiança.
Amo vocês.

AGRADECIMENTOS

Muitos e tão especiais,

Ao grupo de pesquisa Inovação Institucional e Desenvolvimento Local nos Municípios Baianos, pelo apoio enquanto bolsista voluntária e posteriormente como bolsista regular, principalmente a Cintya Flores, Joelma Paixão e Juliana Leal.

Ao Programa de Iniciação Científica (PICIN) vinculado à Universidade do Estado da Bahia (UNEB), pelo apoio financeiro e, sobretudo o estímulo à continuação da carreira acadêmica.

Ao Prof. Ms. Antonio Muniz dos Santos Filho, orientador estimado sempre atencioso e incentivador incondicional, acima de tudo, um mestre.

A minha querida irmã e amiga, Iris, pelo apoio e ajuda constante.

À Keliane, Kelly a única, muito solícita, pelo apoio nas horas mais difíceis.

A um grupo específico da turma (Adriano, Sidvan, Célio, Viviane dentre outros)

A todos aqueles que entrevistei, pela confiança em oferecer palavras e suas experiências que foram de suma importância para a concretização desse trabalho.

À amizade sem limites de Ângela Melo, Cássia Muniz, Iridiana Martins e sua família que me acolheram nas pessoas de dona Ira e Iriane, além, de seu Orestes (*in memoriam*).

À Prof^a. Dr^a. Benedita Pereira de Andrade, simplesmente Bené, cativante, incentivadora, estimulante com sábias palavras nos momentos oportunos.

Aos professores em maior e menor magnitude, por guiar-me nesta trajetória. Todos contribuíram de alguma forma especialmente Eliã Siméia.

Aos colegas de turma e de outras turmas Leandro Pereira, Hugo e outros.

A todos que contribuíram nessa trajetória da busca pelo saber.

*No lugar – um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições – cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contigüidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. **O lugar é** o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também **o teatro insubstituível das paixões humanas**, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade. (SANTOS, M. A Natureza do Espaço: técnica e tempo – razão e emoção, 1999, p. 258 GRIFO NOSSO).*

RESUMO

Este trabalho objetiva estabelecer uma análise no município de Valente – BA, buscando compreender se tem havido um processo de Desenvolvimento Local e qual o papel desempenhado principalmente pelas ações da APAEB (Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira) no referido município. Nesse estudo foi adotado como parâmetro metodológico o modelo de análise com base em Fonseca (2006). Conforme tal modelo, a implantação de uma estratégia de desenvolvimento, depende de três aspectos consensuais: o contexto, os recursos e as ações, juntos correspondem aos novos conteúdos do território, principalmente no que se refere às dinâmicas de desenvolvimento territorial nos dias atuais. Para nossa análise o território hoje deve ser entendido segundo aponta Silva (2003) como uma síntese de quatro características, dentre as quais destacamos que o território tende a apresentar laços de coesão e solidariedade, estimulados e dinamizados pelo crescimento das competitivas relações entre diferentes unidades territoriais no contexto da globalização; em termos dinâmicos os territórios valorizam suas vantagens e possibilidades comparativas através de formas organizacionais sociais, institucionalmente territorializadas capazes de promover uma inserção competitiva e bem sucedida nas novas e dinâmicas relações socioeconômicas, culturais e políticas de nossos tempos, em uma escala global.

Palavras Chave: Desenvolvimento local, Território e Terceiro Setor.

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

ABONG – Associação Brasileira de Organizações não-governamentais

APAEB/ Valente – Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira

CAR – Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional

CREAS – Centro de Referência Especializada em assistência Social-Sentinela

DL – Desenvolvimento Local

FATRES – Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais da Região Sisaleira

FTC-ead – Faculdade de Tecnologia e Ciência – Educação à Distância

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IGD – Índice de Gestão Descentralizada

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MOC – Movimento de Organização Comunitária

ONG – Organizações não Governamentais

OSCIP – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público

PDDU – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano

PIB – Produto Interno Bruto

PSF – Programa Saúde da Família

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação

LISTA DE QUADROS E TABELAS

QUADRO 1 –	Síntese da Metodologia de Fonseca (2006)	13
QUADRO 2 –	Características essenciais do Terceiro Setor	27
QUADRO 3 –	Elementos Conceituais de Análise	37
QUADRO 4 –	Obras do Poder Político Municipal de Valente 2005-2007	43
QUADRO 5 –	Projetos do Poder Político Municipal de Valente 2005-2007	44
QUADRO 6 –	Atividades mantidas pela APAEB atualmente Projetos do	49
TABELA 1 –	PIB Municipal e PIB <i>Per Capita</i> a preços correntes, Valente – Ba. 2002-2005.	42

LISTA DE FOTOGRAFIAS E FIGURAS

FIGURA 1 –	Localização do município de Valente – Ba.....	35
FOTO 1 –	Vista aérea Fábrica de tapetes e carpetes.....	38
FOTO 2 –	<i>Slogan</i> APAEB.....	38
FOTO 3 –	Certificado Empresa Amiga da Criança.....	52
FOTO 4 –	Clube Social da APAEB.....	53
FOTO 5 –	Casa da Cultura.....	53
GRÁFICO 1 –	Manifestação da Participação Popular na Gestão Pública de Desenvolvimento Municipal.....	46
GRÁFICO 2 –	Atuação da APAEB como Impulsionadora do Comércio Local.....	47

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	12
1	DESENVOLVIMENTO LOCAL: ASSIM CAMINHA A HUMANIDADE.....	16
1.1	Atores Locais do Desenvolvimento.....	16
1.2	Inovação Territorial Coletiva e Desenvolvimento Local.....	18
1.3	Os Rumos do Desenvolvimento Local.....	21
2	TERCEIRO SETOR COMO ARTICULADOR DO DESENVOLVIMENTO: O PRIMEIRO PASSO.....	26
2.1	Perspectivas e Desafios do Terceiro Setor.....	26
2.2	Mudanças Recentes: Instrumentos do Terceiro Setor.....	28
2.2.1	O Marco Legal.....	28
2.2.2	O Termo de Parceria.....	30
2.3	Estado, Mercado e Terceiro Setor: Desdobramentos Conceituais e Aplicativos.....	32
3	IMPLICAÇÕES EMPÍRICAS ACERCA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E TERCEIRO SETOR: NOVOS PARADIGMAS.....	35
3.1	Breve Contexto Local.....	36
3.2	Resultados e Discussões	36
3.3	Análise dos Dados.....	38
3.3.1	Entrevista com a Diretoria da APAEB.....	39
3.3.2	Entrevista com Representantes do Poder Político Local.....	42
3.3.3	Entrevista com os Comerciantes Locais.....	46
3.3.4	Ações Desenvolvidas pela APAEB.....	48

3.3.5	A Fundação APAEB.....	53
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
	REFERÊNCIAS.....	59
	APÊNDICES.....	61
	ANEXO.....	77

INTRODUÇÃO

O presente trabalho consiste em um estudo exploratório e analítico com conotações metodológicas de abordagem dedutiva, aliado ao enfoque qualitativo, sem deixar de utilizar parâmetros quantitativos, uma vez que estes possibilitam, em maior nível de profundidade alcançarmos os objetivos propostos no sentido de compreender as peculiaridades do município selecionado, bem como na descrição dos fenômenos observados.

Para nortear nossa análise, tendo como base territorial o município, entende-se por território as contribuições de Silva (2003, p.131-132), segundo o referido autor, o território hoje deve ser entendido como uma síntese de quatro características, dentre as quais destacamos que o território tende a apresentar laços de coesão e solidariedade, estimulados e dinamizados pelo crescimento das competitivas relações entre diferentes unidades territoriais no contexto da globalização; em termos dinâmicos os territórios valorizam suas vantagens e possibilidades comparativas através de formas organizacionais sociais, institucionalmente territorializadas capazes de promover uma inserção competitiva e bem sucedida nas novas e dinâmicas relações socioeconômicas, culturais e políticas de nossos tempos, em uma escala global.

A pesquisa restringe-se à cidade baiana de Valente, Território do sisal, na Região do semi-árido baiano e analisa a atuação da APAEB enquanto Terceiro Setor investigando qual a contribuição das suas ações para o Desenvolvimento Local.

Adotamos como parâmetro metodológico o modelo de análise com base em Fonseca (2006). Conforme tal modelo, a implantação de uma estratégia de desenvolvimento, depende de três aspectos consensuais: o contexto, os recursos e as ações, juntos correspondem aos novos conteúdos do território, principalmente no que se refere às dinâmicas de desenvolvimento territorial nos dias atuais.

O Contexto refere-se às particularidades locais e regionais, onde as instituições se desenvolvem. Com base em North (1993) apud Fonseca (2006), o contexto exerce papel fundamental porque são constituídos de constrangimentos que podem moldar as decisões políticas e econômicas. No caso de Valente, serão valorizados os contextos históricos, sociais, políticos e sócio-culturais. Também basearemos nossa

análise em Putnam (1996) apud Fonseca (2006), onde o mesmo destaca as relações sociais horizontais, baseadas na participação dos cidadãos, nas decisões, nas escolhas públicas e na maior cooperação e solidariedade. Com relação aos problemas locais, os recursos serão organizacionais e técnicos (SANTOS, 1999). Além do contexto e dos recursos (CASTRO, 2000 apud FONSECA, 2006), merece destaque uma ambiência territorial de ação (SANTOS, 1999).

Segue um quadro síntese para demonstrar os aspectos observados baseado no procedimento metodológico adotado por Fonseca (2006):

Conceito	Categoria	Indicadores
Contextos	Históricos	Relações sociais verticais e horizontais.
	Políticos	
	Sociais e sócio-culturais	
Recursos	Organizacionais	Conteúdos institucionais do território.
		Normatizações locais
	Técnicos.	Infra – estrutura local
Ações	Institucionais endógenas	Parcerias público/privado e terceiro setor.
	Institucionais exógenas	

QUADRO 1 - Síntese da Metodologia de Fonseca (2006).

Fonte: Fonseca 2006.

Desse modo, as principais fontes de informações foram: a publicação do IBGE (2001) denominada Perfil dos Municípios Brasileiros, os Anuários Estatísticos da

SEI¹ (2004), além da pesquisa de campo, onde foram realizadas entrevistas semi-estruturadas intercaladas com não-estruturadas, além de questionários para levantamento de dados quantitativos. Os questionários foram adaptados de Santos Filho (2005), uma vez que estes atendem as nossas necessidades e reportam-se ao procedimento metodológico adotado, utilizamos também análise do boletim informativo Folha do Sisal, com tiragem de 4.000 exemplares, distribuídos localmente e para todo o Brasil e exterior, além de fotografias dentre outras fontes de consulta que se mostraram relevantes na obtenção dos dados. O estudo foi realizado na área de atuação da APAEB, especificamente no município de Valente sede da entidade em questão pertencente ao Estado da Bahia.

Vale salientar, no entanto, que tal estudo, desta forma, buscou responder à seguinte pergunta de pesquisa:

Até que ponto as ações da APAEB contribuem para engendrar o Desenvolvimento Local de Valente (BA)?

Incorporada a esta questão estão outras que surgiram em segundo plano desse trabalho monográfico e merecem destaque:

- Como a APAEB/Valente se articula para promover ações que visem o Desenvolvimento Local? Ou isso fica a responsabilidade do poder público?
- A APAEB/Valente atuando como uma associação que visa à articulação da Região Sisaleira promove Desenvolvimento socioeconômico no município de Valente?

Logo, visando responder às perguntas acima consideradas, surgem os objetivos que foram alcançados durante a operacionalização da pesquisa referentes ao presente trabalho:

Estes estão separados em geral e específicos, respectivamente:

Estabelecer uma análise no município de Valente, buscando compreender se tem havido um processo de Desenvolvimento Local e qual o papel desempenhado principalmente pelas ações da APAEB (Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira) no referido município, visando o desenvolvimento.

¹ Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

E específicos:

- Analisar as ações desenvolvidas pela APAEB no município de Valente.
- Avaliar o papel do território e dos seus conteúdos para o fortalecimento do Desenvolvimento Local no referido município.

Esta pesquisa nasceu do destaque que Valente vem sendo apresentado nas mais variadas escalas de análise geográfica, a nível estadual, nacional e internacional, além deste compreendem outros que são de ordem estritamente pessoal, ligação e fé no potencial local do semi-árido, bem como crença na garra do povo sertanejo, através da organização comunitária é possível pensar no Desenvolvimento Local.

Com o intuito de atender aos objetivos da pesquisa, organizamos esta monografia em Introdução, na qual estão expostos os objetivos, a justificativa, a pergunta da pesquisa, os procedimentos metodológicos e a delimitação do objeto do estudo. Seguindo essa ordem temos a disposição dos capítulos.

No Capítulo 1 intitulado de Desenvolvimento Local: assim caminha a humanidade, apresentamos algumas definições das bases conceituais e teóricas do Desenvolvimento Local, expusemos também acerca dos Atores Locais do Desenvolvimento, logo em seguida, abordamos alguns aspectos acerca da Inovação Territorial Coletiva e Desenvolvimento Local como também sobre Os Rumos do Desenvolvimento Local.

O Capítulo 2, Terceiro Setor como articulador do desenvolvimento: o primeiro passo inicia-se demonstrando as perspectivas e desafios do Terceiro Setor além de, apresentar algumas mudanças recentes nos instrumentos do Terceiro Setor, a sua legalidade e possibilidade de estabelecer parcerias.

Dessa forma, o Capítulo 3 Implicações empíricas acerca do Desenvolvimento Local e Terceiro Setor: novos paradigmas. Traz os resultados encontrados mediante as pesquisas realizadas. Por fim temos as Considerações Finais, nas quais empenhamo-nos em desvendar o papel de atuação da APAEB enquanto possível articuladora e dinamizadora da economia local e conseqüentemente da melhoria dos níveis de vida da população do município de Valente. Nesse âmbito, prosseguem nossas exposições.

1 DESENVOLVIMENTO LOCAL: ASSIM CAMINHA A HUMANIDADE

A organização dos fixos e fluxos da cidade dá-se do centro para as áreas periféricas, tudo isso produz no espaço uma “desorganização” e problemas de ordem estrutural, pois, parte dos habitantes da cidade – os das áreas afastadas do centro – fica carente dos benefícios oferecidos pelo poder político e privado, designados para solucionar dificuldades enfrentadas para a plena manutenção das condições de vida dessa porção do espaço urbano.

Devido à dimensão territorial do Brasil, existem diversos tipos de “ecossistemas” que devem ser tratados de maneira diferenciada. Principalmente quando se trata de políticas públicas visando atender às necessidades básicas das populações mais necessitadas, os exemplos mais comuns não são tão positivos. Em nível nacional, tudo isso acontece em virtude de ter havido uma supervalorização da Região Sudeste em detrimento das outras regiões do país.

Num outro patamar existem iniciativas de ONGs ou mesmo da sociedade civil organizada que vem quebrando com essa marca de seletividade do espaço, propondo transformar alguns pontos da região Nordeste num lugar ‘mais luminoso’. Resignificando antigas práticas e atuando como articuladores para a promoção do desenvolvimento, conectando campo e cidade, estas iniciativas sugerem o aproveitamento tanto dos recursos materiais quanto humanos disponíveis no local. Isso está se tornando cada vez mais comum.

1.1 Atores Locais do Desenvolvimento

Diante desse panorama, a articulação indicada para a promoção do desenvolvimento consiste num mecanismo de “concertação” social sem as amarras do Estado, ou seja, o Estado não mais atua como indutor, mas, opera como parceiro dos sujeitos locais na busca satisfação dos seus direitos.

Reitera Guerrero (1996) apud Froehlich (1998) que se aceita hoje em dia, certo consenso acerca do Desenvolvimento Local, destaca que este é possível, por se

tratar de um processo dinâmico e global de colocação em curso de sinergia dos atores locais para valorizar os recursos humanos e materiais de um território e em relação ajustada com os centros de decisão do conjunto econômico, social e político em que se inserem.

Argumenta também o referido autor, que todo o processo de Desenvolvimento Local depende da capacidade de regulação de uma sociedade e isso está sujeito ao equilíbrio das forças socioeconômicas atuantes em nível local, aos atores que as representam e à interação entre eles, além do vínculo com o tipo de rede social e dos fluxos que os determinam.

Convém lembrar ainda, e Guerrero (1996) apud Froehlich, (1998) reforça que a sociabilidade (fruto da convivência entre as pessoas além dos espaços de trabalho e do familiar, incluindo-os) pode ser um vetor para pensar/articular a rede social e o Desenvolvimento Local. Nota-se, portanto que o processo de desenvolvimento para enquadrar-se como local, deve partir da comunidade local, aproveitando o potencial local para sanar problemas sociais a nível local.

E, é justamente isso que se deve ressaltar no município de Valente/Ba o qual sofrendo com as verticalizações - em momento passado - os pequenos agricultores reivindicaram por melhores condições de trabalho, a partir de então, houve a criação da APAEB. Contudo, isso não é simples, para que haja o engajamento da população nas propostas para o desenvolvimento deve existir antes de tudo a organização da sociedade apoiada em bases bem definidas de atuação. Referente a isso Teixeira (2002, p.305) apud Silva (2003, p.133) realça que nessa região, “o controle político tem sido historicamente exercido pelos grandes proprietários e comerciantes, expressando uma territorialidade tradicional”

Para haver transformações no espaço social deve existir anterior a este, a mudança social, a partir daí pode se atribuir um sentido “localista” ao desenvolvimento podendo se pensar em Desenvolvimento local. Como afirma Froehlich (1998), “isso se comprova no sentido da comunidade atuar como principal referente sócio-espacial na vida cotidiana”.

Porém deve-se evitar o pensamento extremado de particularismo nos sistemas sociais e políticos e administrar o processo entre o local e o nacional e/ou global, isso se torna plausível através de reformas institucionais promotoras dos anseios

democráticos autênticos, de tal modo, pode-se encontrar o equilíbrio entre o local e escalas mais amplas.

1.2 Inovação Territorial Coletiva e Desenvolvimento Local

Designado para sugerir um processo gradual de mudança social, englobando desde sua origem outros conceitos como gestão local, cooperativismo/associativismo, Terceiro Setor, entre outros, o Desenvolvimento Local foi questionado e posto à prova em virtude de problemas consensuais. Como enfatiza Fischer (2002, p.17):

Desenvolvimento é um conceito, ou melhor, uma rede de conceitos que podem estar diretamente associados como, atualmente, aos adjetivos “local, integrado e sustentável”, que constroem a senha DLIS, como é conhecido o processo no Brasil. [...] não é possível falar do **Desenvolvimento Local** sem referência a conceitos como pobreza e exclusão, participação e solidariedade, produção e competitividade, entre outros que se articulam e reforçam mutuamente ou que se opõem frontalmente.

Acerca disso vale enfatizar que as formulações sobre o desenvolvimento entram no rol de diversas críticas, por apresentar um contingente de elementos e/ou agregação destes com outros conceitos, gerando com isso, diversas experiências e análise, nas quais algumas com sucesso questionável.

O Desenvolvimento Local atualmente é fruto de diálogo em diversos autores, dos quais, em relação às novas bases para se trabalhar esse conceito pode-se mencionar Santos Filho, Buarque, Gonzáles.

O conceito de Desenvolvimento Local é algo complexo e amplo, além de estar vinculado como aponta González (s.d.) apud Santos Filho (2005), às concepções dos pesquisadores, aos múltiplos enfoques que adquire essa prática, bem como a um objetivo – a melhoria da qualidade de vida a partir da valorização das potencialidades locais – com destaque as dimensões sociais, culturais, ambientais, econômicas e institucionais, enfatizando a participação da sociedade.

O estudo do Desenvolvimento Local (D.L.) pressupõe alguns antecedentes e conseqüências como, por exemplo, a identidade local da população, o potencial de aproveitamento dos recursos físicos disponíveis para o melhoramento da condição

de vida da população, além da relação existente entre o desenvolvimento e as transformações da sociedade engendradas pelo processo de globalização.

O lugar nesse sentido pode concentrar um potencial endógeno considerável, em termos sociais, culturais, políticos e transformações marcantes na sociedade. A escala local relacionada com o viés do desenvolvimento surgiu em virtude dos resultados negativos de desenvolvimento de cima para baixo, processo verticalizador. O D.L. leva em consideração a especificidade local, o enraizamento dos atores, gerando sinergias locais. Vincula-se a uma mudança de mentalidade, caracterizado pela busca do empreendedorismo, ou seja, inovação territorial coletiva, em novas formas de solidariedade não necessariamente mediadas pelo Estado, mas pela interação dos sujeitos sociais na busca da erradicação das demandas sociais.

Conforme assinala Buarque (1999) apud Santos Filho (2005), o conceito de Desenvolvimento Local pode ser aplicado para diferentes cortes territoriais e aglomerados humanos de pequena escala, podendo ser desde um assentamento, englobando até escalas maiores – de municípios até microrregiões – e enfatiza que a base territorial mais adequada para tal desenvolvimento é o município, em virtude deste, reunir diversos elementos indispensáveis à implantação do Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável.

A esse respeito, acrescentam-se as contribuições de López - Cazero (1996) apud Froehlich (1998)² acerca do desenvolvimento dissociado dos fatores apenas economicistas, mas sendo estes também fatores culturais e estruturais. E consideram que:

Há, portanto uma importância crucial da 'lógica comunitária' articulada através da identidade local (resultante de uma densa rede de relações econômicas intralocais, forte grade de conhecimento mútuo, sociabilidade e abundância de tradições de caráter lúdico e religioso), pois é bastante significativo o modo como um mesmo sistema de valores não econômico reforça, através da identidade local, os distintos efeitos de uma cultura econômica diversa (LÓPEZ - CAZERO 1996, apud FROEHLICH, 1998).

² FROEHLICH, J. M. (1998) p. 87-96.

Todavia, há quem discorde das questões referentes ao Desenvolvimento Local gerando assim, bastante controvérsia sobre o tema, acerca disso vale ressaltar as contribuições encontradas em Caldas e Martins (2006):

Há quem diga que as experiências de Desenvolvimento Local são apenas a expressão espacial de um novo arranjo industrial “pós-fordista” (BENKO e LIPIETZ, 1994:4). Há quem diga, por outro lado, que as experiências de Desenvolvimento Local têm dinâmicas próprias e não são apenas o reflexo da organização institucional do capital (BECATTINI, 1994). Há quem acredite no local como espaço privilegiado para experimentações contra hegemônicas (SANTOS e RODRÍGUEZ 2002:47).

Ademais convém advertir que esse pensamento de continuidade ‘pós-fordista’ é cogitado por Benko e Lipietz (1994) em virtude da dificuldade de inversão da lógica do capital-trabalho que interfere na cultura local, na vida familiar criando um sistema local baseado nas normas de empresas transnacionais que preferem as terceirizações, provocando um empecilho para o crescimento e autonomia de empresas menores. “Com isso perde-se o que foi construído no passado, os distritos industriais, nos quais as empresas do mesmo ramo dividiam trabalho e partilhavam um saber-fazer local” (BENKO e LIPIETZ, 1994).

Não obstante as questões concernentes ao desenvolvimento no Brasil, foram iniciadas por volta das décadas de 1960 e 1970 e a partir delas, implantou-se um modelo de desenvolvimento tomando como base os modelos internacionais das sociedades industriais às quais valorizam o financiamento de gastos e investimentos públicos por meio do endividamento interno e externo. No entanto, a década de 1980, desencadeou uma radical globalização dos processos produtivos, comerciais e financeiros conduzidos a partir da abertura das fronteiras às empresas transnacionais. Nesse momento passou-se a contemplar não apenas o crescimento da produção nacional, mas aliado a isso os possíveis avanços na qualidade de vida, na equidade, na democratização, na participação cidadã e nas questões de proteção ao meio ambiente. Apesar disso prevalecia ainda à idéia de reprodução das formas econômicas, sociais, culturais e políticas predominantes nas sociedades capitalistas mais ricas. Isso tudo gerou a resistência e rejeição as peculiaridades nacionais, regionais ou locais que se distinguissem dos padrões reprodutores presentes nas nações ricas.

1.3 Os Rumos do Desenvolvimento Local.

Desenvolvimento Local é um tema que vem passando por uma série de reformulações e resignificações a partir de práticas observadas em nível local, nacional e em alguns países do mundo. Para Costa e Cunha (2003)³:

Pode se inferir que, depois de iniciado em uma determinada sociedade, o desenvolvimento passa a ser interpretado pelos sujeitos envolvidos como algo que deve evoluir em espiral, ampliando-se cada vez mais o leque de benefícios e oportunidades.

No Brasil foram desenvolvidas algumas ações na busca de um crescimento econômico, principalmente por volta do período que vai de 1950 até a década de 1970. Nesse contexto as ações são articuladas basicamente pelo governo, ator fundamental da busca de integração econômica e social, através de programas, estimulados pela UNESCO. Sob essa ótica o governo exerce a verticalização das ações pouco valorizando o potencial local.

A partir década de 1990, houve uma nova forma de pensar o desenvolvimento, na qual destaca a importância da diferenciação, da cooperação, da participação e da obtenção de qualidade de vida semelhante aos padrões das classes médias dos países ricos. Nesse momento o desenvolvimento passou a ser encarado não apenas sob a ótica do crescimento econômico e do produto e renda, ou seja, questões puramente economicistas, mas, sobretudo, no modo como os atores sociais envolvidos percebem melhorias na situação de vida individual e coletiva.

Entretanto o papel de nortear esse desenvolvimento era do Estado, que deveria conduzir as populações rumo às melhores oportunidades para sanar as dificuldades presentes em cada comunidade, mas essa confiabilidade logo tendeu a cair, então a aposta passou a apoiar-se na iniciativa privada, nas empresas. Não adiantou, mais uma vez a população foi posta às margens pelos interesses hegemônicos inicialmente do Estado e posteriormente do mercado e o tão almejado espiral de qualidade não se concretizou.

Diante disso como afirmam Costa e Cunha (2003), sobre a importância dos diferentes grupos sociais se organizarem para reivindicar interferência ativa nos

³ COSTA e CUNHA (2003) p. 69-88

rumos do desenvolvimento, assim, juntos ao Estado e às empresas, buscaria a criação de mecanismos que impeçam qualquer um dos atores de impor aos demais um projeto exclusivo. Com isso haverá uma revalorização do local, que passa a ser um espaço aberto à criatividade, à inovação e ao comando sobre o próprio futuro independente de atitudes verticalizadoras. Assim far-se-á jus ao, como aponta Costa e Cunha (2003), viver e agir localmente tornando-se, portanto base de um não modo de representar o mundo.

Trata-se, de superar o poder centralizador do Estado (de tomada de decisões, nas intervenções diretas que afetem e/ou ignorem as preferências dos grupos sociais, etc.) e implantar mecanismos democráticos e cooperativos e/ou associativos de formulação, implantação monitoramento e avaliação de políticas, programas e projetos que visem melhorar as condições de sobrevivência da comunidade local em diversos aspectos.

Baseando-se em tais considerações vale ressaltar mais uma vez, as formulações de Costa e Cunha (2003) de que sem essa preocupação com a organização cidadã, não se conseguirá alcançar o consenso e a mobilização social necessária à eficiência, eficácia e efetividade de qualquer projeto de Desenvolvimento Local endógeno.

O arcabouço-teórico básico do D.L. pode ser analisado a partir de uma comparação genérica à dinâmica vital de uma árvore como o fez Ávila (2006 p.135) nesse sentido tem-se que:

1º qualquer árvore ou planta precisa tanto das correntes de ar e fochos de luz que vêm de cima (simbolizando as macro-estratégias externas) quanto dos nutrientes orgânicos e minerais microestrategicamente sugados de baixo (pelas raízes e partícula-a-partícula), evidentemente tornando-se capaz de “metabolizar” tudo o que micro e macro - estrategicamente conseguir captar de baixo, de cima e dos lados em fatores de manutenção e evolução ou transformação de sua própria vida; 2º, quando uma árvore morre, a tendência natural é a de que já tenha espalhado sementes ao longo de toda a sua existência-fecunda para o surgimento, pelo menos a cada primavera, de outras que continuem e expandam esse dinamicamente prodigioso processo de geração – manutenção – transformação da vida (daí por que cada ser vegetal e animal é por natureza dotado de potencialidade reprodutiva – reposicionadora – renovadora).

Conseguem-se tais resultados com o estímulo à comunitarização para o Desenvolvimento Local, que segundo Ávila (2006) isso enseja na inferência, sem medo de erro, de que investir na “comunitarização” visando o DL já é ideal atitude para implementação do mesmo. Segundo ele, a comunitarização constitui uma fundamental atitude de produzir/incentivar o surgimento de uma “comunidade ativada para DL” sendo esta iniciada partindo de espaços coletivamente dimensionados por uso individual ou a nível familiar, por exemplo, para uso coletivo podendo englobar a comunidade. “Porque é aí que os indivíduos/cidadãos podem se ‘desabrochar’ para catalisarem propriedades comuns, inclusive as que visem o cultivo de diferenças enriquecedoras da contínua geração e dinamização de potencialidades” E acrescenta, que tudo isso culmina “em condições e ações para cada vez mais e melhor influenciar direta, compromissada e compartilhadamente nos rumos, meios e métodos individuais e coletivos da vida territorial, espacial e solidariamente localizada”. (ÁVILA, 2006 p. 135).

Ávila (2006) lembra as categorias de classificar as coletividades, podendo ser diferenciados em laços de comunidade e a própria noção de sociedade. Segundo o autor, a comunidade admite que os relacionamentos primários sobressaiam aos secundários e a sociedade delimita-se a relacionamentos entre os indivíduos em nível secundário (jurisdiciona a totalidade de cidadãos de uma dada localidade, uma região, um país, ou até escalas maiores desde que estejam aglomerados num mesmo território, formando os territórios coletivizados) e por ser uma categoria de coletividade mais formal, podendo originar a noção individual e coletiva de identidade tão cara ao debate do Desenvolvimento Local.

No entanto Ávila (2006), afirma que “esta fundamental diferença entre performances de vida em ‘comunidade’ e em ‘sociedade’ também tem tudo haver com o DL”, pois, no caso da vida em comunidade há a interferência direta e incisiva nos rumos, meios e métodos individuais e coletivos da vida através do mecanismo de democracia enfim do exercício de cidadania. Porém nota o autor que esta prática é rara de acontecer em virtude da falta de aptidões da comunidade ou pelas verticalizações de poder. Mas o pleno exercício da cidadania pode ser conseguido através da comunitarização para o D.L. como adverte Ávila (2006). No caso da coletividade formalizada, como denomina o autor supracitado, os mecanismos de ação são em nível indireto, via delegação e/ou representação.

Em ambos os casos, Ávila (2006) indica que “o que vale para o todo se atribui automaticamente a cada parte”, ou seja, no regime societário, os indivíduos são submetidos às decisões destinadas ao coletivo.

Cabe à sociedade então eclodir e catalisar propriedades comuns de desenvolver as potencialidades, cultivar as peculiaridades com compromissos individuais e coletivos de trabalhar no sentido de abordar solidariamente o local.

A essas perceptivas agrega-se a noção de Desenvolvimento Local, extraída em Ávila (2006) para ele o DL equivale a um processo de desenvolvimento cultural e socioeconômico emergente de dentro-para-fora da própria comunidade-localidade, em escala emancipatória que a eleve à condição de *sujeito* e não de *mero objeto-mesmo-que-participante* desse processo.

Convém lembrar ainda, que o referido autor traz alguns adjetivos que marcam a análise do Desenvolvimento Local a seguir:

[...] DL, no sentido de a própria comunidade-localidade se tornar paulatinamente capaz e competente de se desenvolver (e não apenas a do Desenvolvimento NO Local-DnL, pelo qual a comunidade-localidade se caracteriza mais como *sede física* do desenvolvimento que sua beneficiária, ou a do Desenvolvimento PARA O Local-DpL, que se processualiza à maneira *bumerangue*, isto é, as entidades promotoras de programas/projetos de desenvolvimento de-fora-para-dentro – governos, ONGs, institutos assistenciais ou beneficentes, etc., nacionais e internacionais – tanto geram benefícios às comunidades-localidades quanto delas por vezes até muito mais se beneficiam em termos de realização dos seus próprios objetivos e interesses institucionais) acabará por desembocar na política de futuros planos macro-estratégicos de desenvolvimento A PARTIR DO DL, independentemente do que agora se opine ou avalie a esse respeito (ÁVILA, 2006, p.136 Grifos do autor).

Essas considerações referem-se o cerne do processo, ou seja, o tipo de indução ao processo de Desenvolvimento Local. Para Ávila (2006) a principal dificuldade enfrentada que afetam o sadio desenvolvimento é a falta de rumos e aponta que há pelo menos dois caminhos possíveis para o desenvolvimento sendo o primeiro caminhar junto com os grupos que crêem no desenvolvimento sem reformas e o segundo atuar nos movimentos sociais que propõe reformas.

Esse seria o segundo caminho a ser seguido pelo agente, o que sugere a conveniência das ciências políticas nos programas de Desenvolvimento Local, como instrumento de interlocução e sinergia entre a academia e organizações sociais que carregam, em seus programas e ações transformadoras, potencial para o desenvolvimento endógeno (ÁVILA, 2006, p.137, op. cit.).

E realça a importância do papel das instituições como promotoras do DL em todos os níveis e classificações devem ser enaltecidas, tendo em vista, que tudo se configura como subsídio ao social, fugindo do assistencialismo de ‘colonização’ sócio-culturais e político-econômicos.

Presentemente, as formulações que fazem referência ao local e a ação dos diversos segmentos de mobilizações sociais atuantes têm ganhado proeminência. Embora ainda de forma rudimentar, os atores sociais têm rejeitado os projetos pré-concebidos e reducionistas, que justificam as verticalizações tão criticadas atualmente, por sua vez, apóiam as propostas concernentes às especificidades do local/regional e pautadas nas necessidades dos indivíduos. Unido ao anseio de busca por equidade e justiça social deve haver como já foi mencionado anteriormente, a formação da comunidade cívica.

Segundo Putnam (2005, p. 102) apud Lima⁴ (2007) “Na comunidade cívica, a cidadania implica direitos e deveres iguais para todos. Tal comunidade se mantém unida por relações horizontais de reciprocidade e co-operação, e não por relações verticais de autoridade e dependência”.

Baseando-se em tais considerações o Desenvolvimento Local é algo que depende muito do poder de articulação da comunidade/sociedade local, do potencial físico disponível, das iniciativas governamentais para viabilizar as propostas que surgirem e da manutenção e continuação do projeto através da inserção dos jovens no processo que brotar.

⁴ Trabalho apresentado no XXIV EREGENE - Encontro Regional dos Estudantes de Geografia do Nordeste. 15 a 18 de novembro, 2007 congresso. LIMA, A. S. Entre o campo e a cidade: a política pública do sisal na Bahia. UNEB – Universidade do Estado da Bahia - Campus V Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional da UNEB, DCH - Campus V. Trabalho sob orientação da Professora Dra. Ely de Souza Estrela.

2 TERCEIRO SETOR COMO ARTICULADOR DO DESENVOLVIMENTO: O PRIMEIRO PASSO

2.1 Perspectivas e Desafios do Terceiro Setor

O Terceiro Setor se institui através da interface das esferas do Estado e do mercado, essas instituições não condizem nem com a esfera privada nem em âmbito público estatal.

Segundo França Filho (2001), o termo Terceiro Setor, deriva da cultura anglo-saxônica que é saturada pela idéia de filantropia. Nesse sentido segundo o referido autor, o Terceiro Setor se adequa ao universo das organizações sem fins lucrativos.

Vale destacar que a APAEB tende a atuar como Terceiro Setor, no sentido apontado por Hansmamm (1987) apud França Filho (2001) principalmente “pelos fracassos do mercado quanto à redução das assimetrias informacionais, como também pela falência do Estado na sua capacidade a satisfazer as demandas minoritárias”. E, portanto, dentro desta perspectiva tal conceito se compreende atuando como uma esfera compartimentada, suplementar, à parte que viria ajustar-se funcionalmente no sentido de suprir as lacunas deixadas, até então, abertas pelo Estado e pelo mercado na sua capacidade de satisfazer as necessidades prementes da sociedade.

Porém França Filho (2001) alerta a um novo ângulo de visão do Terceiro Setor que este é “dito de outro modo, para além da abordagem funcionalista ou economicista do terceiro setor, parece-nos bastante instrutivo a adoção de uma perspectiva ou de um enfoque sociopolítico”. Acrescente-se ainda a nova definição de Evers (2000) apud França Filho (2001 p. 58), segundo ele, o Terceiro Setor é.

Um espaço intermediário na interseção do Estado, do mercado e do setor informal. Religando esses diferentes espaços, combinando diversos recursos e racionalidades sociais, ele se caracteriza pela diversidade dos modos de hibridação implantados pelas associações que o constituem.

A esse respeito, engloba o Terceiro Setor como algo que interage com o Estado, além de enquadrá-lo nessa nova perspectiva de busca de parcerias como as

instituições mercantis capitalistas. Sob essa perspectiva, far-se-á uma análise da atuação da APAEB no processo indutor do Desenvolvimento Local, tendo como referência o município de Valente no Estado da Bahia.

A configuração que o “Terceiro Setor”, vem assumindo no Brasil, indica a presença de atores políticos, culturais, econômicos e sociais, com ações ou falta destas, e que nem sempre convergem para a criação de modelos dinâmicos de organização. No campo das políticas sociais, considera-se a lacuna entre o conjunto de carências e a situação crítica de um novo papel da sociedade civil.

Para conseguir alcançar um patamar de tomada de decisões que resultem efetivamente na interlocução entre segmentos da população local preocupados com as problemáticas sociais e que dizem respeito às necessidades públicas. Deve-se tentar através dessa interlocução consolidar um movimento de continuidade e de expansão dos ideais que se aspiram.

Dentre as noções de Terceiro Setor existentes, Salomon e Anheier (1992) apud França Filho (2001) no cerne deste conceito (*non-profit-sector*), assevera que as organizações necessitam e apresentam características fundamentais.

Segundo Salomon e Anheier (1992) apud França Filho (2001), o Terceiro Setor apresenta cinco características essenciais que seguem:

Características essenciais do Terceiro Setor
São formais;
Privadas;
Independentes;
Não devem distribuir lucros;
Devem comportar certo nível de participação voluntária.

QUADRO 2 – Características essenciais do Terceiro Setor

Fonte: França Filho, (2001).

Diferentemente das empresas capitalistas, as instituições de Terceiro Setor buscam a esfera social como base fundamental de seus investimentos, atuando de maneira independente num processo participativo que engloba o capital humano voluntário para promoção de ações que ensejam o provimento da melhoria da qualidade de vida das populações em risco social.

As estes França Filho (2001) acrescenta mais dois outros elementos sendo estes que as organizações não devem ser políticas (isso no sentido restrito do termo, isto é excluem-se os partidarismos políticos) e nem confeccionais (ou seja, eliminando todo gênero das organizações religiosas).

Para Fernandes (1994) apud França Filho (2001) o Terceiro Setor, no Brasil, transcende as noções desse termo na parte norte da América. Fernandes do mesmo modo realça quatro segmentos próprios no Brasil que reúnem organizações das mais diversificadas, sendo estas as formas tradicionais de ajuda mútua; os movimentos sociais e associações civis; as ONGs; e a filantropia empresarial. E acrescenta:

O terceiro setor aparece como uma esfera compartimentada do Estado e do Mercado. Ele é considerado, portanto como um setor à parte que viria ajustar-se funcionalmente as duas formas tradicionais que constituem o Estado e o Mercado. (FERNANDES 1994, apud, FRANÇA FILHO, 2001 p. 52).

Nesse sentido, o Terceiro Setor têm se revelado como um importante coadjuvante do Estado, pois, através dele é possível firmar acordos e parcerias, em benefício da diminuição das demandas sociais.

2.2 Mudanças Recentes: Instrumentos do Terceiro Setor

2.2.1 O Marco Legal

A corporação junto ao Mercado e ao Estado, permitiu que o poder da sociedade civil insurgisse em decorrência da reforma do Estado a partir da década de 1980. Nesse momento a sociedade civil passa a se organizar em prol de suas reivindicações, demonstrando mais uma vez e flexibilização do Estado tendo como consequência o surgimento de novos usos políticos e sociais do território.

Essas organizações foram apontadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), contudo, essa distinção não fez parte do Plano Diretor do Estado, apesar disso, surgiram num cenário de discussão a respeito do papel do Terceiro Setor com parceiras do Estado na guarnição dos serviços. Nesse sentido houve a necessidade de criar um marco legal do Terceiro Setor para fortalecer

essas entidades e designar meios mais eficazes e transparentes de relacionamento entre elas e o poder público.

Alves (2003) apud Trezza, (2007 p.32) sobrepõe acerca da inquietação com o Desenvolvimento e a respeito do surgimento da Lei 9.790/99.

A preocupação com o desenvolvimento e a crescente participação das organizações da sociedade civil na esfera pública levou à discussão, na ocasião da Cúpula das Américas ocorrida em 1994, de um Plano de Ação, onde se estabeleceu que era indispensável dar início a um diálogo regional sobre a regulação da sociedade civil e reconheceu-se a necessidade de se estudarem reformas legais visando a estimular a constituição de instituições que favorecessem o desenvolvimento da sociedade civil e a participação de organizações do Terceiro Setor na provisão de bens públicos.

Com esse processo surgiu a Lei nº 9.790/99 ⁵ a qual designou a qualificação de OSCIPs e introduziu alguns mecanismos inovadores, como a distinção dessas organizações com finalidade pública das de benefício mútuo, como também a possibilidade de remuneração dos dirigentes e a criação de um instrumento de relação com o Poder Público, o Termo de Parceria.

Laurindo (2006) acrescenta sobre o aspecto legal do Terceiro Setor e afirma:

Organizações com personalidade jurídica definida como associação e fundação, de caráter privado, sem fins lucrativos, desde que atuem nas áreas previstas pela Lei 9.790/99, e principalmente, que comprovem o interesse público de suas atividades, podem solicitar junto ao Ministério da Justiça, mediante procedimento próprio também regulado por aquele documento legal, a qualificação de OSCIP (LAURINDO, 2006)

E enfatiza ainda sobre os impedimentos legais de enquadramento como OSCIP e conseqüentemente concessão do Termo de Parceria assegurando que:

⁵ A Lei nº. 9.790/99 contempla as organizações que atuam nas seguintes áreas: promoção da assistência social; promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; promoção gratuita da educação; promoção gratuita da saúde; promoção da segurança alimentar e nutricional; defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável; promoção do voluntariado; promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza; experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito; promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar; promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais; estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas.

As organizações que possuem características jurídicas e operacionais que satisfazem às exigências legais acima descritas para a obtenção da qualificação de OSCIP representam uma grande parcela do Terceiro Setor Brasileiro, que conta, também, com outras organizações da sociedade civil às quais não é permitida a classificação disponibilizada pela Lei 9.790/99, a exemplo dos partidos políticos e dos sindicatos (LAURINDO, 2006).

Nesse âmbito, o Estado tem o papel de regular, por meio das normas vigentes, a forma de atuação das entidades do Terceiro Setor. Os elementos reguladores observáveis podem ser "o estilo administrativo, a forma de captação de recursos e a implementação de uma rede de relações sociais estáveis" e estas "influem diretamente na eficiência e na eficácia das organizações do Terceiro Setor, sendo considerados pontos chaves para sua sustentabilidade". (CRITTENDEN e CRITTENDEN, 1997 apud SILVA, 2005 p.41).

Para demonstrar a efervescência desse termo Laurindo (2006, p. 63⁶), destaca que:

Um estudo realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em parceria com o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) com a ABONG (Associação Brasileira de Organizações não-governamentais) e com o GIFE (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas) mostra que existem no Brasil, hoje, cerca de 276 mil instituições privadas sem fins lucrativos, que empregam aproximadamente 1,5 milhão de pessoas (e 1 milhão de pessoas excluindo as organizações de origem religiosa).

Esse estudo realizado em 2002 deixa transparecer a proeminência desse setor tão caro nas discussões acerca do Desenvolvimento em suas novas bases de atuação, valorizando sempre a participação cidadã desde o cerne do processo.

2.2.2 O Termo de Parceria

O Termo de Parceria consiste em um instrumento que o Estado dispõe para fomentar as entidades de Terceiro Setor classificadas como OSCIP's a fim de promover indiretamente os serviços da instância do Estado.

⁶ LAURINDO (2006) apud, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Estudos e Pesquisas Informação Econômica:** As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil- 2002. 2 ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

Laurindo (2006) complementa sob os aspectos legais que conforme constitui o art. 9º da Lei 9.790/99, a parceria “é o instrumento destinado à formação de vínculo de cooperação entre o Poder Público e as entidades qualificadas como OSCIP’s para o fomento e a execução das atividades de interesse público”. E acrescenta que é por meio do termo de parceria que se agenciam os objetivos, metas e produtos entre o Poder Público e a OSCIP.

No dizer de Paes (2003) apud Laurindo (2006 p.91):

É uma das grandes inovações da lei. Permitirá a formação de parcerias entre o Poder Público, em suas várias esferas, e as entidades integrantes do Terceiro Setor, tendo como essência os princípios da transparência, da competição, da cooperação e da parceria propriamente dita.

Todo esse contexto foi pretendido pela sociedade ao cobrar do Estado uma melhoria na prestação dos serviços. Perante essa conjuntura o Estado busca novos atores que possuam as peculiaridades almejadas para promover uma gestão inovadora, desburocratizada e flexível, nesse âmbito como assinala Navarro, (1999) apud Trezza (2007 p. 23).

Geralmente, as ONGs, como provedoras de serviços sociais, estão associadas a modelos participativos e inovadores de gestão; costumam estar em estreito contato com grupos tradicionalmente sub-representados no processo de formação de políticas públicas sociais; são capazes de melhorar a eficiência e pertinência dos programas sociais públicos, quando se associam a eles no campo adequado, e de atuar como provedores de serviços sociais onde o Estado não pode satisfazer diretamente a demanda de serviços ou onde convém introduzir elementos de competição entre provedores.

Todavia vale ressaltar que, o fato do Estado transferir suas funções para outrem, não o exime do encargo de controlar as políticas e disponibilizar algumas esferas da administração estatal como, por exemplo, a educação que segundo a constituição é dever do Estado.

Ademais, competi ao Estado bem como a sociedade cobrar das organizações de Terceiro Setor, que receberam a incumbência da execução de bens e serviços sociais, pois a transferência foi apenas na promoção dos serviços e não da responsabilidade, ou melhor, caso uma entidade de Terceiro Setor seja inadimplente

com sua função mediante o Termo de Parceria compete à sociedade bem como ao Estado tomar as medida cabíveis.

Sobrepõe Trezza (2007), a desígnio dos mecanismos para aumentar a credibilidade e a confiabilidade das entidades de Terceiro Setor bem como da transparência para coibir o desvio de recursos públicos.

Exige a lei que as organizações qualificadas prevejam expressamente em seus estatutos a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência; a adoção de práticas de gestão administrativa que coíbam a obtenção de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação no respectivo processo decisório; a constituição de conselho fiscal com competência para opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas; as normas de prestação de contas a serem observadas pela entidade, que respeitem os princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade, a publicidade do relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, e a realização de auditoria e prestação de contas da aplicação dos recursos objeto do Termo de Parceria e de todos os recursos e bens de origem pública. (TREZZA, 2007, p. 36)

Ressalta Trezza (2007), que essa Lei das OSCIP's, não obteve concordância total, as opiniões se dividirem e se dividem ainda.

As opiniões favoráveis comemoram a mencionada Lei e observam que as instituições de Terceiro Setor, são parceiras do Estado na providência dos serviços sociais. Em oposição estão os antagônicos à Lei 9.790/99, apontam para a falta de legitimidade desta, e preocupam-se ao risco de enfraquecimento do papel político desempenhados pelas OSCIP's.

Criticam ainda, conforme aponta a visão que começou a prevalecer, e dentro da qual surgiu a referida lei, um Terceiro Setor sujeito a capacidade de mobilização social e de transformação das mazelas que cedeu lugar à pressão pela profissionalização no provimento dos serviços sociais, aliviando, portanto, o papel do Estado e a pressão sobre o mercado. (THOMPSON, 1997 apud TREZZA, 2007 p. 37).

2.3 Estado, Mercado e Terceiro Setor: Desdobramentos Conceituais e Aplicativos.

Persistindo, além disso, com a relação entre o Estado (público), o mercado (privado) e o Terceiro Setor sendo composto por organizações privadas pela forma, no entanto, públicas pelo objetivo que há tempos fazem parte do cotidiano desempenhando um papel fundamental na vida social, econômica e política. (SALAMON E ANHEIER 1994 apud TREZZA, 2007 p. 39).

Paralelamente ao Estado, às entidades do Terceiro Setor, vem desempenhado um papel imprescindível na prestação dos serviços públicos, como aponta Landim (1993) apud Trezza (2007 p. 39), desde o período colonial. Atuando principalmente nas esferas de educação, saúde e assistência social. Esse emprego justifica-se, entre outros fatores, pelo menor custo operacional, maior agilidade e pela proximidade e acesso ao público alvo. (SALAMON, 1995; BRESSER, 1998; NAVARRO, 1999; VIEIRA, 1999 apud TREZZA, 2007).

Salamon (1995) apud Trezza (2007 p. 39) apresenta seu parecer a respeito da relação estabelecida entre Estado e Terceiro Setor e aponta enfaticamente que os custos de transação envolvidos em mobilizar respostas do Estado à carência de bens coletivos tendem a ser muito mais altos do que os custos de mobilização da ação voluntária. Acrescenta, do mesmo modo, que para o Estado agir, segmentos substanciais do Poder Público devem ser mobilizados, ou seja, funcionários devem ser informados, leis devem ser escritas, maiorias devem se reunir e programas devem ser colocados em operação.

Enfatiza em contra partida que para gerar uma resposta do setor voluntário, um grupo de indivíduos agindo por conta própria ou com a ajuda de contribuições externas pode ser suficiente. Afirmando ser plausível acreditar, portanto, que o setor privado sem fins lucrativos será tipicamente o primeiro a dar uma resposta à “falha de mercado”, e que o Estado será chamado apenas quando a resposta do setor voluntário se provar insuficiente. (SALAMON, 1995 apud TREZZA, 2007 p. 41).

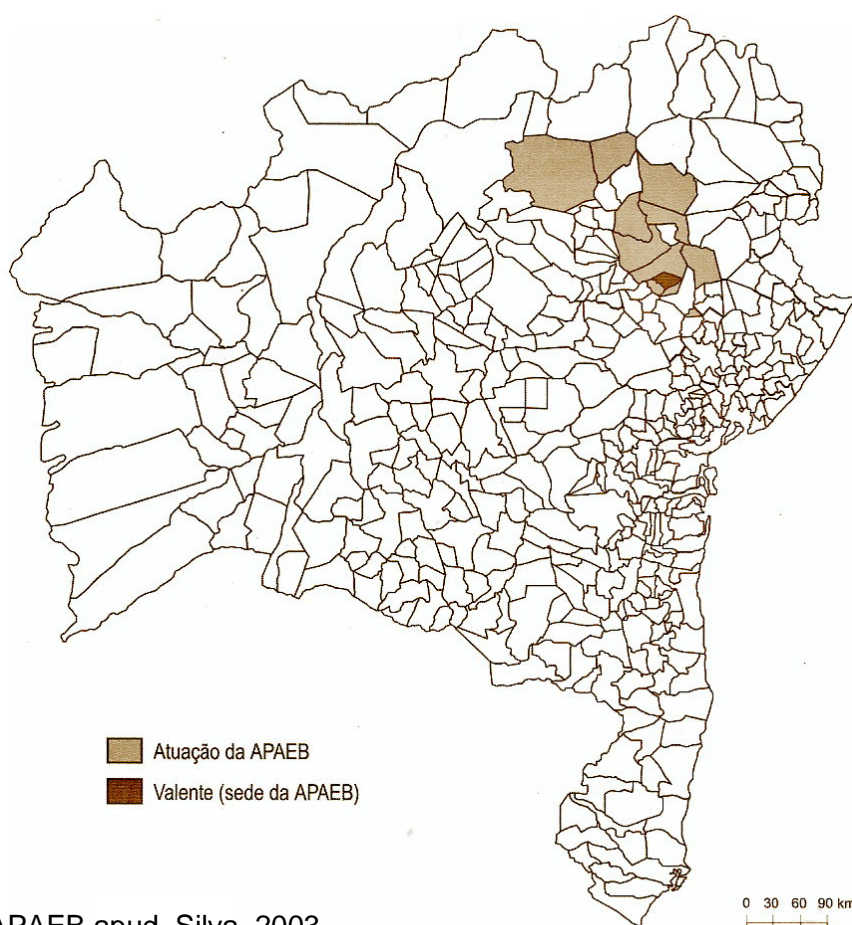
Por outro lado, vale notar que outros autores assumem a existência de um conflito básico entre o Estado e o setor voluntário. Admitem, além disso, ao contrário, a relação entre o Terceiro Setor e o Estado, na maioria dos países, tem tantos aspectos de cooperação quanto de conflito. Isso nos leva a assumir que o paradigma da rivalidade não parece delinear muito bem a realidade atual das relações entre Estado e setor sem fins lucrativos (TREZZA, 2007 p. 42-45). Então para fins da pesquisa entendemos o Terceiro Setor como sendo instituições e/ou

organizações – instituições – não governamentais, sem fins lucrativos, convém lembrar que os sujeitos envolvidos no processo podem ser remunerados como assegura a Lei 9.790/99.

A partir dos argumentos apresentados iniciaremos nossa aproximação ao assunto, foco do nosso trabalho e trataremos de algumas questões levantadas como, por exemplo: as ações desenvolvidas pela APAEB auxiliam no Desenvolvimento Local do município de Valente? Ou ainda, partindo das formulações e classificações acerca do Terceiro setor, a APAEB estaria enquadrada como uma entidade representativa do terceiro setor? E mais, quais as atividades desenvolvidas pela APAEB que justificam o desenvolvimento local? Existe o termo de parceria entre a APAEB e o poder público local? Qual o tipo de gestão desenvolvida na APAEB? Mediante essas indagações prosseguiremos, com a análise e a tabulação dos dados.

3 IMPLICAÇÕES EMPÍRICAS ACERCA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E TERCEIRO SETOR: NOVOS PARADIGMAS

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2000 ⁷ Valente têm uma área de 357Km², estando a 244 km de Salvador, com população estimada de 21.512 habitantes ⁸. Na figura abaixo está evidenciado município de Valente bem como a área de atuação da APAEB.



Fonte: APAEB apud, Silva, 2003.

FIGURA 1 – Localização do município de Valente – Ba

⁷ IBGE, Resultados da Amostra do Censo Demográfico 2000 - Malha municipal digital do Brasil: situação em 2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

⁸ Contagem da População 2007.

3.1 Breve Contexto Local

O município baiano de Valente marcado pelas secas constantes e pelos baixos índices pluviométricos essencialmente pela sua localização geográfica, caracterizado como afirma Silva (2003, p.132) pela base pecuária apoiada no latifúndio. No início do século XX, a sisal foi introduzido em médias e pequenas propriedades, além da agricultura de subsistência praticada em minifúndios. Conforme enfatiza Silva (2003, p.132) “o sisal, voltado, em primeiro lugar, para a exportação, após passar por um beneficiamento elementar, pouco a pouco passou a ser a principal atividade econômica, dando nome à região”. Assim como não se pode combater a seca, a APAEB propõe atividades de convivência no semi-árido.

Segundo dados da SEI (2004) no contexto dos municípios baianos referente ao Índice de Desenvolvimento Social (IDS) Valente ocupa a 69ª posição com índice de 5.045, 36.

3.2 Resultados e Discussões

Pudemos observar através das nossas empíricas inquietações, que as atividades impulsionadoras da economia local mais referenciadas são o comércio local, além dos outros três grandes empregadores que são: a Prefeitura Municipal, a indústria de calçados da Via Uno, e a Indústria de Tapetes e Carpetes de Sisal da APAEB Valente. Sendo que estas duas últimas localizam-se no bairro Petrolina. Outra fonte de renda bastante apontada pelos entrevistados foi a agricultura familiar, tendo como principais cultivos os alimentos para a subsistência, com destaque também para o cultivo do sisal. Aliados o potencial de cultivar sisal, a organização popular que gerou a associação e conseqüentemente a iniciativa de desagregação das demais APAEBs com solidificação da Indústria de Tapetes e Carpetes de Sisal.

A criação dessa fábrica foi a solução encontrada para desenvolver a região sisaleira. Naquele momento haviam alguns problemas relacionados ao cultivo e comercialização do sisal, além da desvalorização do produto, os atravessadores determinavam o preço do produto. Então organizados os agricultores com apoio de algumas instituições nacionais e internacionais buscaram recursos e construíram a fábrica. Segundo o site da APAEB a indústria possui modernos teares que tem a capacidade de produção estimada em cerca de 100mil metros de tapetes por mês.

Assim para fundamentar nosso trabalho mensuramos os conceitos de Desenvolvimento Local e Terceiro Setor, decomposos esses ambicionando aplicar o referencial teórico à pesquisa empírica.

Conceitos	Variáveis	Indicadores
Desenvolvimento Local	Potencialidade Local	Tipo; valor econômico; município; política ambiental. Uso racional, local/global, capital humano.
	Participação Popular	Tipo de participação; grau de participação; política social; cooperação.
	Inovação na Gestão Pública Descentralizadora	PDDU; IDH; PIB <i>per capita</i> ; governança.
	Poder	Político; social; econômico.
	Escala	Município
Terceiro Setor	Organização	Apolítica; tipo.
	Ação	Tipo; eficácia; iniciativas; manifestação solidária.

QUADRO 3 – Elementos Conceituais de Análise

O quadro operacional acima expõe os conceitos, variáveis e indicadores que foram valorizados em nossas indagações acerca dos fenômenos mencionados anteriormente. Desse modo, esses índices foram responsáveis juntamente com a metodologia, por nortear nossos passos exploratórios. Referente a isso, notamos que há uma manifestação endógena que almeja o desenvolvimento isso foi verificado através das ações implementadas pelo Poder Político local e em maior grau pelas ações da APAEB. A participação popular é muito importante para esse processo, porém verificamos que esta deixa a desejar, pois, boa parte dos entrevistados, desconhecem as ações, programas, foruns, projetos do município voltados para o Desenvolvimento soioeconomico. Tão pouco participam ativamente das propostas

do governo local, a acomodação popular distância as ações municipais da parcela social que mais carece de ajuda.

Por mais convidativas que sejam as iniciativas para discussão de propostas visando direcionar e/ou elaborar as políticas públicas, não há aceitação popular, estes mantem-se apáticos esperando apenas das esferas publicas, o chamado processo verticalizador, quando na realidade deveriam aproveitar a oportunidade de ser ouvidos e buscar as reais necessidades da população local.

Conforme afirma Cruz e Passos (2006, p.157) apesar das fortes relações horizontais, a organização da APAEB carece de interação verticalizada. As ações governamentais mais sentidas são referentes ao apoio financeiro para a implantação tecnologia mais avançada, como também, apoio para estudos direcionados a um aproveitamento dos resíduos da folha (parte não fibra) além de apoio técnico e financeiro para desenvolvimento de aplicações de fibra de sisal em materiais compostos, especialmente com as resinas termoplásticas.



Fonte: Site APAEB 2007

FOTO 1 – Vista aérea Fábrica de tapetes e carpetes



Fonte: Site APAEB 2007

FOTO 2 – Símbolo APAEB

3.3 Análise dos Dados

A pesquisa de campo foi realizada em etapas primeiro foi estabelecido um contato inicial através do site da APAEB esse contato via *e-mail*, serviu para dimensionar alguns elementos da pesquisa e solicitar a colaboração da entidade, logo depois houve a oportunidade de visitar a estrutura da fábrica de tapetes, o posto de vendas

e alguns outros lugares ligados direta ou indiretamente à associação. Esse encontro nos proporcionou conversar com algumas pessoas ligadas a essa instituição, porém não pudemos aplicar questionários e nem entrevistar formalmente nenhuma pessoa, apesar disso, pudemos ter dimensão real da APAEB, do município e conversar informalmente com algumas pessoas ligadas à associação e ao poder político local o que nos convencionou a obtenção de determinadas informações bastante pertinentes.

Num terceiro momento houve a necessidade de retornar até o município de Valente-BA. Nessa ocasião, aplicamos questionários e entrevistamos formalmente algumas pessoas como a Vice-presidente da APAEB a senhora Iracema Nery Santos, o Sr. José Claret Chaves, Relações Públicas, da APAEB e o Secretário de educação do município de Valente, Sr. Marcos Adriano de Oliveira Araújo e falamos também com a primeira dama do município e ex. Secretária de assistência social a Sr^a. Maria Lúcia Amaral de Oliveira além, de 20 comerciantes locais. Portanto, como na ocasião e nas outras visitas o M.D. prefeito de Valente o Sr. Ubaldino Amaral de Oliveira, não se encontrava presente no município, desse modo, não foi possível entrevista-lo.

3.3.1 Entrevista com a Diretoria da APAEB

A entrevista foi realizada com a Vice-presidente a Sr^a. Iracema Nery Santos e também com o Sr. José Claret Chaves, Relações Públicas, da APAEB. Durante a entrevista, foram questionados diversos aspectos acerca da associação tais como, o nível de participação e democratização da entidade, o nível de eficácia da política de desenvolvimento local, e também acerca do nível de engajamento da administração municipal com a promoção do desenvolvimento no município.

Um aspecto relevante que deve ser mencionado se refere à composição do quadro gestor da entidade, a diretoria, bem como a equipe gestora da APAEB, estes não aparentam ser produtores rurais, porém, quando questionada quanto a esse aspecto, a Vice-presidente Sr^a. Iracema, respondeu que toda a diretoria desenvolve atividades profissionais atuando desse modo, como produtores rurais, contudo, o que se evidenciou, diante da eloquência dos entrevistados, dentre outros aspectos

observados, denota que estes são bastante “urbanizados” e provavelmente já se afastaram desse tipo de atividade (produtor rural) há bastante tempo. Desse modo, a gestão da APAEB ao que tudo indica é composta possivelmente por ex-produtores rurais e não por produtores rurais em atividade. Esse questionamento igualmente foi levantado ao Sr. José Claret, que respondeu ser técnico e de tal modo, atua também como comerciante local.

Então a análise realizada nos níveis gerenciais da entidade demonstra que existe a pretensão de uma formalização, que não promove a inserção dos produtores rurais nos altos cargos administrativos. Isso tudo mostra uma possível falha quanto à democratização da entidade.

Outro ponto observado, e que atualmente permeia a discussão sobre o Terceiro Setor, refere-se a sua legalização, nesse âmbito foram criados instrumentos legais para a captação de recursos provenientes do poder público, o Termo de Parceria, por exemplo. Esses montantes devem ser designados à solução das demandas sociais como foi mencionado anteriormente na fundamentação teórica.

Relativo a isso, quando questionada, a Sr^a. Iracema Nery Santos (Vice - presidente da APAEB) mencionou que esta entidade não dispõe do termo de parceria com o poder político local, tudo isso em virtude de conflitos políticos ocorridos outrora, eleições para o pleito de prefeito do município, nessa disputa o representante da entidade perdeu o embate político, por conta disso o poder político local e a instituição de terceiro setor, a APAEB, não dispõe de vínculos políticos, pelo contrário são adversários.

Diante do que foi mensurado nas entrevistas, pudemos notar igualmente, que a cisão entre APAEB e Prefeitura, incorporado à crise internacional do dólar provocou uma grave crise financeira e conseqüentemente estrutural, uma vez que, a APAEB teve que restabelecer novos acordos territoriais e escoar sua produção para outros mercados. Essa dificuldade, no entanto, proporcionou à associação uma amplitude maior de suas ações, na mesma medida que incitou o alargamento de mercado, escoando a produção.

Embora a diretoria da associação esteja confiante em retomar suas atividades normalmente, o que foi notório durante nossas visitas a campo, foi um quadro de insatisfação popular. Muitas pessoas nos relataram através das entrevistas, que em

tempos passados a APAEB desenvolvia plenamente suas funções e conseqüentemente melhorou muito os níveis social e econômico do município, contudo, presentemente é fruto de críticas contundentes que revelam a atual imagem dessa instituição. Trabalhadores sem receber, em espécie, seu ordenado mensal, recebem sob a forma de vales compras que necessariamente devem ser trocados no posto de venda da própria entidade, além, do grande número de desempregados por conta dos baixos preços, aliado a tudo isso, provoca diversos constrangimentos na representação que essa entidade concebeu tempos atrás. De igual modo, esse quadro, impede que o capital perpasse por outros setores locais, como o comércio, por exemplo, que sofre sem essa soma, restrita apenas internamente nas esferas ligadas à associação.

Mais uma vez, a Vice-presidente da APAEB, a senhora Iracema Nery Santos, afirmou que essa instituição não articulou nenhuma parceria com o poder político local, contudo, ela mencionou alguns acordos estabelecidos anteriormente com os governos estadual e federal, além do capital internacional.

Em trabalho realizado anteriormente Silva (2003, p.124) analisou a territorialidade formada em torno da APAEB, e ressalta alguns benefícios conseguidos pela associação, como por exemplo, a compra e venda da fibra do sisal eliminando os atravessadores, instalação de máquinas para beneficiamento do sisal. O passo seguinte foi implantar uma grande fábrica produtora de tapetes e carpetes de sisal além de apoiar a ovinocaprinocultura, inclusive com difusão tecnológica. O referido autor cita também as atividades de convivência com a seca, a energia solar e ensino de atividades culturais e sociais promovendo com isso o enraizamento das tradições locais. Tudo isso mais uma vez reforça o potencial que a APAEB desenvolveu, por meio das parcerias estabelecidas algum tempo atrás.

É lamentável o ponto que chegou uma instituição ícone no semi-árido baiano com tamanha crise organizacional e estrutural. Torna-se notório, no entanto, e pôde ser constatado através de entrevistas e conversas informais com alguns comerciantes locais, o impacto que esta anormalidade está causando no município, como um todo, sendo acentuados os índices de desemprego, déficit do poder de compra da população o que reflete diretamente no comércio, além de outros problemas. Atribui-se à gênese criadora da APAEB a iniciativa de organização comunitária, e com isso citam essa associação como referência nas questões socioeconômicas, todavia,

presentemente, um quadro de descontentamento popular é incorporado à imagem dessa instituição.

Os dados básicos do município de Valente estão expostos na Tabela 1, apresentando os índices por setor da economia, adicionado à contribuição municipal, além de demonstrar o PIB municipal e PIB *per capita*.

Município por ano	Valor adicionado (R\$ milhões)			Valor adicionado APU (R\$ milhões)	Impostos sobre produtos (R\$ milhões)	PIB (R\$ milhões)	PIB Per Capita (R\$1,00)
	Agropecuária	Indústria	Serviços (1)				
2005 ² Valente	13,36	16,40	42,24	19,43	4,69	76,69	3.840,38
2004 Valente	14,86	13,27	37,46	16,31	4,84	70,43	3.553,37
2003 Valente	13,55	10,39	34,83	14,49	4,69	63,47	3.227,67
2002 Valente	11,94	8,80	33,04	12,89	3,62	57,40	2.941,22

Fonte: SEI / IBGE

(1) Inclui APU (Administração Pública)

(2) Dados sujeitos a retificação.

Tabela 1 - PIB Municipal e PIB *Per Capita* a Preços Correntes, Valente/Ba 2002 - 2005.

Nota-se exibidos na Tabela 1 uma gradativa industrialização e acréscimo também no setor de serviços, em detrimento das atividades agropecuárias o que denota um crescente do grau de urbanização, paralelo a isso temos, mesmo que oscilante, também uma permanência da atividade agropecuária no período que vai do ano de 2002 até 2005 celebrando como auge o ano de 2004 período que superou a indústria.

3.3.2 Entrevista com Representantes do Poder Político Local

De igual modo aos representantes da APAEB e com questionamentos semelhantes, porém com as devidas ressalvas, o poder político também foi indagado através das pessoas do Secretário de Educação Municipal o Senhor Marcos Adriano de Oliveira Araújo bem como, a Primeira dama do município a Sr^a. Maria Lúcia Amaral de Oliveira. Durante as visitas o Prefeito municipal em exercício Excelentíssimo Senhor Ubaldino Amaral de Oliveira esteve ausente do município em por conta de ter que estabelecer alianças político-partidárias para concorrer a um novo pleito eleitoral.

Conforme a entrevista ia transcorrendo, inevitavelmente, as ações desenvolvidas pela APAEB eram citadas de maneira a enfatizar a conjuntura atual da crise, isso se tornou um ponto bastante sensível responsável por abalar os ânimos dos entrevistados, ambos explanaram acerca das obras realizadas pelo poder político local, comparando sempre com as ações prestadas pela associação e enfatizaram que esta não atua da mesma maneira como no passado.

Essa atitude denota a aversão que é nutrida por ambas as instituições tanto os gestores da APAEB quanto o Poder Político local. Em seu discurso os entrevistados tentam contradizer a atuação dessa associação no provimento de algumas questões sociais e em alguns momentos reforçava reafirmando as ações da associação promovidas no passado.

Relativo à atuação do Poder Político municipal, foi conferido a construção de algumas obras como as casas populares estão em fase de conclusão, foi citada também a construção da praça pública, além de obras e projetos desenvolvidos pelos poder municipal e em parceria com outras instituições. O quadro a seguir sintetiza algumas dessas realizações.

OBRAS
<ul style="list-style-type: none">▪ Pavimentação de ruas na sede e nos povoados do município▪ Recuperação de esgotamentos▪ Eletrificação Rural▪ Serviços de recuperação e reformas da infra-estrutura administrativa▪ Construção do Colégio Estadual Luciberto Martins dos Santos, com apoio do governo do Estado durante a gestão do governador Paulo Souto.▪ Implantação do INFOCENTRO municipal▪ Reforma do ginásio de esportes▪ Construção de sanitários domiciliares em Recreio em parceria com o FUMAC e com a CAR.▪ Construção de 200 casas populares em parceria com o Programa PSH com a SECOMP e a Caixa Econômica Federal.▪ Construção de PSFs – Posto de Saúde da Família.▪ Apicultores recebem a Casa do Mel.

Fonte: Informativo da Prefeitura de Valente

QUADRO 4 – Obras do Poder Político Municipal de Valente 2005-2007

Segundo consta em boletim informativo denominado Balanço 2 anos de Gestão, Ano I, N°01 – Valente-Ba, 2007, confeccionado e distribuído pela Prefeitura municipal de Valente – Ba, estas obras e projetos foram, como também, estão sendo desenvolvidos para demonstrar a preocupação referente o melhoramento da qualidade de vida da população local.

Com efeito, estas obras, projetos, programas sociais e serviços realizados ratificam a preocupação, por parte do Poder Municipal, com relação às questões sociais. Conforme consta no informativo disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Valente, um ponto importante para Ubaldo Amaral é o compromisso com a melhoria dos aspectos básicos tal como a melhoria da qualidade de vida através de investimentos na infra-estrutura municipal. Os principais projetos estão expostos no quadro 5.

PROJETOS

- Implantação do CREAS – Centro de Referência Especializada em assistência Social-Sentinela. Trabalho em rede com o Conselho Tutelar, o Poder Judiciário, Promotoria Pública e Delegacia de Polícia.
- Algumas ações afirmativas da Secretaria de Assistência Social: criação do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente,
- Distribuição de livros de histórias e de poesias infantis, brinquedos e alimentos a 24 Creches tudo com recursos municipais.
- Implantação da Panificadora Comunitária com recursos do IGD – Índice de Gestão Descentralizada para atender às pessoas do Programa Bolsa Família (em processo de viabilização).
- Conferência Municipal de Assistência Social.
- Capacitação para: professores de ensino Fundamental e educação infantil; secretários escolares municipais; professores do campo;
- Bolsas de estudos para professores municipais na FTC-ead;
- Aquisição de equipamentos tecnológicos para as escolas municipais;
- PROESPORTE – promove diversos campeonatos estudantis;
- Aquisição de 30 Baús da Leitura idealizados pelo MOC;
- Cursos básicos de corte e costura, bordado, artesanato e pintura em tecido oferecidos pelo Instituto Visconde de Mauá.
- Cursos de Processamento e beneficiamento da Mandioca e artesanato de sisal.

Fonte: Informativo Prefeitura de Valente

QUADRO 5 – Projetos do Poder Político Municipal de Valente 2005-2007

Segundo o referido informativo o prefeito diz: “Queremos construir uma cidade decente para se viver”.

E reafirma em outro momento a preocupação do poder político local com o desenvolvimento do município. Ressalta que está preparando a cidade para o referido crescimento através da disposição dos serviços públicos.

Valente tem crescido muito nos últimos anos. E com o desenvolvimento surgem muitos problemas de saneamento e esgotamento sanitário. A Prefeitura não tem medido esforços em manter a qualidade de vida através da garantia destes serviços. (Ubaldo Amaral, Prefeito de Valente. Informativo I, Nº1, 2007).

Através das entrevistas realizadas com os comerciantes locais, houve boa referência em relação à atuação do Poder político municipal quando a estruturação da cidade, contudo as principais reivindicações foram acerca do desemprego que atinge o município.

Outro ponto que merece destaque, em referência a participação popular na gestão pública, e a Sr^a. Maria Lúcia Amaral mencionou a propósito de um mecanismo para a tomada de decisões que existe no município. Trata-se de um conselho municipal para discutir e designar onde as ações municipais devem ser intensificadas, segundo a primeira dama municipal, quando questionada a respeito da participação da sociedade nas decisões administrativas, classificou como boa, todavia, em outro questionamento semelhante, assim sendo:

- Quais são os fatores que você considera que mais contribuem para dificultar a participação da comunidade e a tomada de decisões no Fórum de Desenvolvimento Local?

Obtivemos como resposta que o poder político local busca as pessoas para participar de reuniões e até mesmo de cursos, mas, encontram bastante resistência popular, e apontou que existe grande desinteresse quando convidados a participar de algumas ações implementadas pela prefeitura municipal principalmente para tomar decisões.

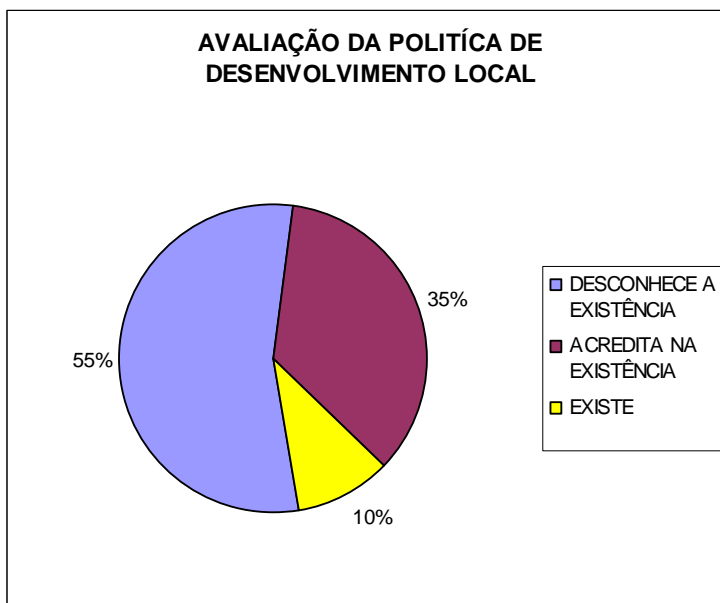
Diante disso podemos observar que existe o *slogan* de gestão democrática, contudo, o povo não atua diretamente na administração pública, buscando políticas públicas para a solução de seus problemas sociais. Nas entrevistas realizadas com os

comerciantes nas quais questionamos sobre o mesmo tema participação popular na gestão pública a pergunta foi a seguinte:

- Você sabe se a prefeitura está desenvolvendo algum projeto de desenvolvimento? Qual?

O gráfico 1 traduz o questionamento supracitado, e assinala que a resposta mais apontada encontra-se refletida 55% dos entrevistados, significando dizer que a

população desconhece o(s) atual (is) projeto(s) da prefeitura municipal de Valente, esse índice vem corroborar com a ponderação de que a população não está engajada com a administração política municipal. Os demais resultados podem ser traduzidos como sendo:



35% dos entrevistados a população acredita que há um projeto, porém

não pode citar nenhum, em virtude do afastamento ao conselho administrativo municipal. Além de série 3 (10% dos entrevistados apontaram o conhecimento da existência do Plano Diretor no município.

Fonte: Pesquisa de campo

GRÁFICO 1 – Manifestação da Participação Popular na Gestão Pública de Desenvolvimento Municipal.

Finalmente, pudemos intuir que o Poder Político Municipal de Valente tenta atuar de modo a promover a gestão descentralizada, contudo, essa prática não é eficaz, por conta, da falta de participação da população nos conselhos, deixando a tomada de decisões a cargo apenas da estrutura e dos gestores locais. Esse gesto contradiz com os novos usos do território quanto ao agenciamento do Desenvolvimento Local.

3.3.3 Entrevista com os Comerciantes Locais

Procedimento semelhante foi atribuído nas entrevistas realizadas com os comerciantes de Valente, entrevistas estruturadas e semi-estruturadas. Os resultados obtidos são frutos desse instrumento de pesquisa, bem como, de conversas formais e informais.

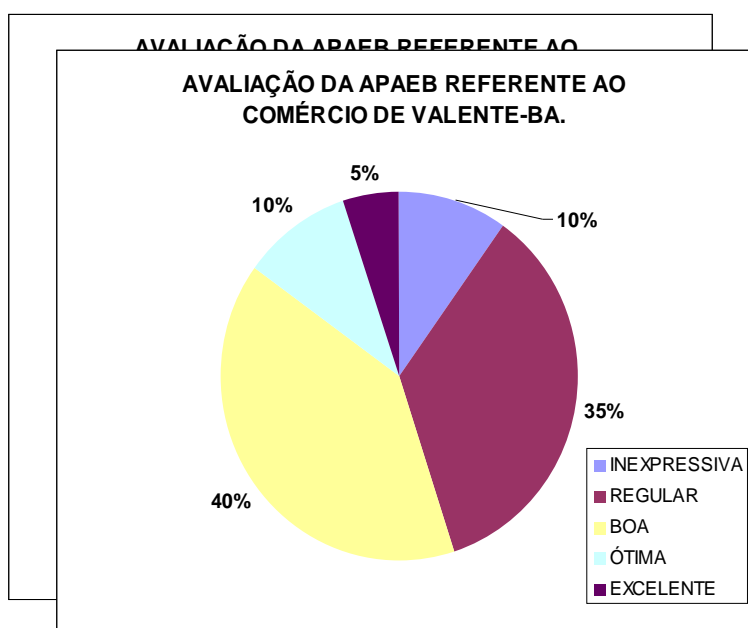
Diante dos resultados obtidos notamos o município de Valente como referência em desenvolvimento a partir de iniciativas voltadas para o social, contudo a entidade responsável pela promoção de ações responsáveis pela dinamização da economia passa por uma crise que abalou o município como um todo.

Perante essa crise financeira, houve aumento do número de desempregados, queda do poder de compra, desrespeito às questões trabalhistas⁹ e problemas econômicos de modo geral no município em vista da relevância territorial exercida pela APAEB.

O gráfico 2 aponta os resultados obtidos através das entrevistas realizadas com 20 comerciantes locais dos mais diversos ramos. Quando questionados acerca da atuação da APAEB na dinamização do comércio local encontramos os resultados que seguem: *Como classificar a atuação da APAEB como sendo impulsionadora para o comércio?*

As alternativas disponíveis foram:

- Inexpressiva
- Regular
- Boa
- Ótima
- Excelente



Esse gráfico exprime os números orientados pela pesquisa de campo sendo atribuído como resultados que a APAEB tem uma atuação voltada para

Fonte: Pesquisa de Campo
⁹ Segundo a população consultada em entrevistas formais e informais, alguns funcionários da APAEB trabalham e não recebem o salário gerando com isso um quadro de desespero. Tais trabalhadores recebem vales alimentação que necessariamente devem ser usados no comércio e vendas da entidade. Atribui-se a crise, o envolvimento de dirigentes na disputa política, além da queda do dólar que afeta diretamente as transações comerciais, haja vista, que os produtos são negociados nessa moeda.

favorecimento do comércio, e está classificada com 40%, como sendo BOA, com uma ressalva, estes resultados são apresentados considerando a crise pela qual passa a associação. Com expressividade semelhante está classificada com 35% estando REGULAR, logo após, empatados estão contradizendo seus conceitos em INEXPRESSIVA e ÓTIMA ambas com 10%. Por fim classificada como EXCELENTE expressa com 5%.

3.3.4 Ações Desenvolvidas pela APAEB

A APAEB desenvolve diversas ações atualmente, em diversas instâncias como, por exemplo, mantém projetos de inclusão social, acesso a informação através do informativo como também do programa radiofônico *Conversa da Gente*, o carro de som, a *Home page*, a TV itinerante Valente em parceria com a TV Cultura do Sertão localizada em Conceição do Coité com alcance regional.

Atualmente o destaque é a Fundação Valente que é ressaltada como inovação na gestão social, segundo o boletim informativo Folha APAEB Edição 322 - 14 de Abril de 2007,

“Há mais de um ano, os diretores da APAEB em parceria com a ANTEAG (Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Auto Gestão) discutem sobre o desmembramento dos setores sociais e econômicos da Associação. Foram várias reuniões e planejamentos onde os diretores, sócios e representantes de entidades parceiras consolidaram a criação da Fundação APAEB que passa a gerir todos os projetos sociais da associação. Em assembléia realizada no dia 13 de março, foi escolhida a diretoria da Fundação que é composta por 10 membros distribuídos entre o conselho executivo, deliberativo e fiscal.” (BOLETIM INFORMATIVO FOLHA APAEB EDIÇÃO 322 - 14 DE ABRIL DE 2007)

Assim como atua a Prefeitura municipal, a APAEB também promove algumas ações na busca de auxiliar o desenvolvimento da cidade baiana de Valente. Estas iniciativas estão sendo conduzidas a fim de melhorar os níveis de vida do referido município. Como ponto de partida foi criado o sindicato para a organização comunitária e fortalecimento dos pequenos produtores. Logo após essa iniciativa buscaram valorizar a produção do sisal, por meio da compra do produto se isentando dos atravessadores. Seguem expostos no quadro 5 alguns benefícios e

ações promovidos pela APAEB como forma de facilitar a vida do habitante de Valente – Ba.

<p>Fábrica de tapetes e carpetes de sisal, Empregando em média 500 funcionários;</p>	<p>Batedeira comunitária de sisal: Compra a produção dos agricultores e emprega mais de 40 funcionários (no total, incluindo a parte administrativa, a APAEB emprega mais de 900 pessoas, contando-se neste número os funcionários das bateadeiras particulares que prestam serviço exclusivamente para a APAEB);</p>
<p>Escola Família Agrícola: Funciona na Fazenda Madeira, com a Pedagogia da Alternância, onde em média 90 alunos de 6 municípios ficam uma semana na escola e outra em casa, repassando à família conhecimentos para convivência com a seca;</p>	<p>Fundo Rotativo: Empréstimos aos pequenos agricultores, para investirem na propriedade, de acordo com projeto econômico elaborado pelos técnicos da Associação;</p>
<p>Energia solar: Programa de aproveitamento da luz solar para levar eletricidade às casas da zona rural. Conta hoje com aproximadamente 300 famílias beneficiadas;</p>	<p>Reflorestamento: Plantio de mudas de árvores nativas e outras adaptáveis à caatinga, cujas mudas são produzidas e distribuídas em viveiro próprio;</p>
<p>Laticínio da Cabra: Produção de leite pasteurizado, iogurtes, doces e queijos, com leite caprino.</p>	<p>Pesquisa De tecnologias alternativas para o semi-árido;</p>
<p>Couros Valente: Compra, venda, curtimento de peles e fabricação de produtos artesanais e industriais a partir da pele caprina comprada dos criadores;</p>	<p>Artesanato: Apoio ao trabalho desenvolvido por mulheres que confeccionam peças artesanais, utilidades e decoração a partir de fibras naturais de caroá e sisal, em Valente e Araci;</p>
<p>Educação e Cidadania: Promoção de seminários, cursos, reuniões nas comunidades, peças de teatro, apoio a associações comunitárias; apoio ao Fórum da Cidadania, que reúne entidades de Valente para cobrar e fiscalizar os atos do poder público municipal;</p>	<p>Comunicação: Programa de TV Jornal de Valente, contribuição para manutenção da rádio comunitária Valente FM, programa Conversa da Gente, informativo Folha do Sisal, informativo Folha da APAEB, sítio na internet www.apaeb.com.br;</p>

<p>Convivência com a seca:</p> <p>Assistência técnica permanente aos agricultores ensinando técnicas para conviver com a seca e aumentar a produtividade; atendimento veterinário, laboratorial e melhoramento genético do rebanho caprino e ovino, programas de construção de cisternas para o armazenamento de água, perfuratriz de poços artesianos, sistemas de irrigação;</p>	<p>Cultura:</p> <p>Apoio a grupos como a Quixabeira, que mantêm viva a tradição musical nas comunidades rurais, realização de movimentos culturais no município de Valente em parceria com associações comunitárias na zona rural;</p>
<p>Posto de Vendas:</p> <p>É um supermercado regulador de preços em Valente, comprando a produção familiar dos sócios e revendendo produtos industrializados por preços baixos, para associados e população em geral;</p>	<p>Escola de Informática e Cidadania:</p> <p>Capacita prioritariamente funcionários, sócios e seus filhos, com noções de informática e de cidadania, levando o cursista a compreender e participar das lutas sociais;</p>
<p>Desenvolvimento Comunitário:</p> <p>Essas experiências visam capacitar e estimular os moradores de três comunidades rurais, para, juntamente com os técnicos da APAEB, buscar soluções para os problemas locais, visando o desenvolvimento sustentável. A experiência é desenvolvida nas localidades de Cabochard (Valente), Boa Fé (São Domingos) e Vargem Funda (Santa Luz), atendendo a mais de 100 famílias.</p>	<p>Participação nos Conselhos Municipais:</p> <p>A APAEB tem representação direta nos conselhos de Saúde, Educação, de Desenvolvimento Rural Sustentável e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil;</p>
<p>Clube Sócio Recreativo:</p> <p>Espaço de lazer para funcionários e familiares, agricultores e demais pessoas da sociedade local. Conta com centenas de sócios e quase dois mil dependentes. Promove shows musicais semanalmente, dando espaço para os artistas locais;</p>	<p>Bola da Vez:</p> <p>Programa esportivo em parceria com o governo federal, atende crianças e adolescentes, na prática de diversas modalidades;</p>
<p>Riquezas do Sertão:</p> <p>Loja na rodovia BA-120 que comercializa produtos da Associação e peças</p>	<p>Casa da Cultura:</p> <p>Espaço cultural que conta com um auditório para 300 pessoas, preparado para exibir peças de teatro, cinema e</p>

confeccionadas por artesãos da região;	shows. Tem ainda área para biblioteca, sala de leitura e exposição;
Casa Brasil: Parceria com o governo federal que permite acesso gratuito à internet, em banda larga, no espaço da Casa da Cultura;	SertãoNet: Provedor de Internet que oferece o serviço de acesso discado e via rádio à população de Valente: www.sertao.net

Fonte: APAEB

QUADRO 6 – Atividades mantidas pela APAEB atualmente

As ações desenvolvidas pela APAEB são reconhecidas globalmente e retornam ao local sob a forma de permeações nomeadas por instituições nacionais e internacionais como.

Esta associação teve seus tempos áureos desde meados da década de 1990 até por volta dos anos de 2006 quando suas ações puderam ser desenvolvidas em parcerias firmadas com instituições nacionais e internacionais.

A APAEB vem sendo reconhecida em diversas escalas desde o ano de 1997, quando recebeu o Prêmio Bem Eficiente, recebido da Fundação Kanitz¹⁰, esse prêmio foi conferido novamente em 2004. Foi premiada em 1998 pela Fundação Getúlio Vargas, classificada entre as 10 principais parceiras de combate à miséria no país. Em 2001, a fundação Schwab, com sede na Suíça, mantida pelos criadores do Fórum Econômico Mundial, elegeu o diretor executivo da APAEB, na ocasião Ismael Ferreira, como um dos principais empreendedores sociais do mundo, isso proporcionou a direito da associação participar em três edições do referido fórum. Além deste, a instituição foi agraciada outras vezes como em 2002, ocasião que recebeu o prêmio “*Educação e Responsabilidade Social*”, principalmente pelo programa de alfabetização dos funcionários, em parceria com o Serviço Social da Indústria, conforme assinala o quadro acima. Diversas foram as iniciativas da APAEB voltadas para o social o que lhe conferiu um número relevante de prêmios e reconhecimento de suas ações nos níveis local, nacional e internacional. Conforme assinalado anteriormente em 2003, foi concedido o Prêmio Cidadania Brasil de Exportação, pela Câmara de Comércio Árabe Brasileira a exportadores que realizam

¹⁰ A Fundação faz um amplo levantamento nacional, identificando as maiores instituições do chamado Terceiro Setor. (*Home page* da APAEB 2007.)

trabalho social, além deste, no mesmo ano o Banco do Nordeste também concedeu o Prêmio Banco do Nordeste Empreendimento XXI, pelo trabalho desenvolvido na área rural. O reconhecimento veio também da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – CEPAL, com iniciativa conjunta com a Fundação Kellogg, através de uma seleção de projetos sociais inovadores promovida em 2005 em toda América Latina e Caribe. A APAEB recebeu menção honrosa por ficar entre as 20 finalistas. Como melhores práticas em gestão local, na quarta edição do concurso promovido pela Caixa Econômica Federal para identificar iniciativas locais bem sucedidas de desenvolvimento, tanto do poder público como da sociedade civil. A APAEB foi uma das dez vencedoras.

A entidade deu início a seus trabalhos por meio de financiamentos e doações de instituições nacionais e estrangeiras e prosseguiu persistindo através de parcerias firmadas com prefeituras municipais, sindicatos e ONGs nacionais e internacionais.

No transcorrer do tempo realizou algumas ações que se concretizaram em benefícios para a população do município de Valente como também, para os municípios vizinhos contribuindo para a solidificação de laços territoriais.



Para a APAEB o Clube Social constitui um poderoso instrumento de inclusão sócio educacional, pois, além do lazer transporta os associados para realidade distante de ser alcançada com recursos financeiros próprios.

Fonte: Leandro Pereira, 2007.

FOTO 3 – Certificado Empresa Amiga da Criança



Fonte: Leandro Pereira, 2007

FOTO 4 – Clube Social da APAEB



Fonte: Site APAEB, 2007.

A construção do Clube Social é bastante relevante, pois, através dele tornou-se possível à integração dos agricultores, com isso o lazer passou a fazer parte do cotidiano assim como a prática de esportes. Além dessas iniciativas, outras tantas são responsáveis por provocar mudanças na vida das pessoas.



Fonte: Site APAEB

FOTO 5 – Casa da Cultura

A Casa da Cultura foi iniciativa da associação edificada em parceria com o BNDES. “A idéia de fazer esse espaço cultural veio da percepção da APAEB de que havia uma grande carência de espaço para artistas e grupos culturais mostrarem seus trabalhos, a exemplo do cordel, música e teatro.” (APAEB, 2007)

3.3.5 A Fundação APAEB

Segundo o boletim informativo da APAEB edição 322 de 14 de abril de 2007, a Fundação APAEB constitui-se de uma instituição, que nasce com o objetivo de contribuir com o caráter gerencial e administrativo de um conjunto de ações da própria APAEB, desse modo tem o desígnio de exercer suas funções com autonomia principalmente nas ações sociais desenvolvidas até então. Hoje estão em andamento a Casa da Cultura, CAIS (Centro de Aprendizagem e Intercâmbio de Saberes) DDC (Departamento de Desenvolvimento Comunitário), a Comunicação entre outros programas e/ou projetos apoiados ou desenvolvidos pela APAEB segundo anunciou o Presidente da Fundação APAEB, Luiz Mota Souza na Folha APAEB nº322.

Em primeiro lugar vamos trabalhar o bom senso no que diz respeito às ações que a Fundação irá se responsabilizar, esse bom senso não está só no conselho que a compõe, mas, sobretudo em diversas parcerias que poderão interferir nas discussões do ponto de vista gerencial e administrativo. (FOLHA APAEB nº322.)

Essa seria a alternativa contundente para ampliar a atuação dessa associação nas questões sociais, uma vez estruturada a Fundação APAEB, torna-se mais fácil buscar apoio financeiro nas esferas local, estadual, regional, nacional e internacional. Portanto, isso poderia harmonizar a entidade e quiçá buscar o Termo de Parceria.

A Fundação, quando em pleno funcionamento, poderá se articular para assim buscar apoio e conduzir os projetos, partindo da soma dos parceiros, a exemplo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Valente, FATRES - Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais da Região Sisaleira, CODES Conselho de Desenvolvimento Territorial da Região Sisaleira, Sicoob-Coopere entre outras parcerias institucionais. Esta iniciativa funciona como uma ponte para posteriormente discutir com a Fundação aonde buscar os recursos, sejam eles privados ou públicos, a serem revertidos em ações sociais no Território do Sisal. Ora a Fundação se encarrega em articular os parceiros para conseguir os recursos.

Mais uma vez, o referido boletim informativo reafirma a função social que esta Fundação desempenhará prontamente, visto como se encontra registrada e estruturada, a APAEB nesse âmbito deixará de ser a condutora e gestora das ações sociais e atuará como parceira, de tal modo quão outra qualquer. Acerca dos

recursos doados, o boletim mencionado anteriormente aponta que estes irão para uma conta específica da nova organização e o conselho é quem vai gerir a administração desses recursos e não mais a diretoria da Associação.

A esse respeito antecipa a coordenadora do Setor de Projetos Sociais, Virgínia Araújo que aludi dizendo crer que esta fundação caracteriza-se como um passo respeitável que a APAEB lança em seus procedimentos administrativos. E para os dirigentes da associação esta fundação apresenta-se como a materialização de um sonho de outrora, na medida em que através deste será possível fortalecer um novo processo de desenvolvimento. Sobre isso enfatiza o presidente do Sicoob-Coopere, Ranúcio Cunha assegurando que:

Essa é uma ação absolutamente positiva que só tem a ajudar a todo o projeto APAEB, e a cooperativa como parceiro e cooperador da associação, apóia essa iniciativa porque acredita que isso facilitará a gestão dos projetos sociais em várias vertentes, inclusive na captação de recursos tanto da cooperação nacional como internacional. (Presidente do Sicoob-Coopere, CUNHA, R. FOLHA DA APAEB Ed. 322)

Acresce ainda a essa consideração Urbano Carvalho, presidente da FATRES que diz no mencionado boletim informativo.

O fato da APAEB ter todo um processo de industrialização e comercialização, faz com que os projetos sociais as vezes passem despercebidos e muitos pensam que ela é uma entidade capitalista. Por isso que com a criação da Fundação tenho certeza que essa visão será mudada e através dela novas parcerias irão surgir. Teremos uma relação de mútua parceria e iremos trabalhar junto a APAEB e a Fundação para a construção de novas ações que venham ajudar no desenvolvimento de nossa região (CARVALHO, U. FOLHA DA APAEB Ed. 322).

Embora esteja em fase de aplicação existe expectativa no que tange o processo de transição das ações sociais da APAEB em virtude destas se tornarem um marco histórico tanto para a Associação quanto para os movimentos sociais da região.

A construção e funcionamento da Fundação APAEB, corrobora com a atual conjuntura das organizações de Terceiro Setor aparelhadas e com caráter jurídico e instrumentos para a captação de recursos governamentais. Tudo isso vem colaborar com potencial de solidariedade realizado através das ações desenvolvidas pela associação e que vem autenticar a potencialidade local para o desenvolvimento.

Considerações Finais

Decerto, verificou-se no emanar desse presente trabalho que área de atuação da APAEB, o território do sisal, centralizando como principal foco disseminador – o município de Valente – demonstrou ao longo do tempo um modelo consolidado de uma nova territorialidade que adquiriu alguns resultados expressivos no cenário nacional.

Observamos, no entanto, que a APAEB tem atravessado uma crise interna que afeta todo o município de Valente. Essa constatação é respaldada quando a ação investida no território tem a capacidade de exercer transformações no espaço. Como assevera Santos (1985 apud, SANTOS, 1999) “a ação codificada é presidida por uma razão formalizada, ação não isolada e que arrasta, ação que se dá em sistema, e tem um papel fundamental na organização da vida coletiva e na condução da vida individual”.

Tornou-se notório através dos questionários e entrevistas aplicados, a apreciação dos entrevistados em relação atuação da APAEB, porquanto, a consideraram apenas como um aspecto do que foi outrora. Embora citem diversos benefícios conseguidos através das ações dessa instituição de terceiro setor, asseguraram que a crise existe por conta de alguns prováveis motivos:

- Aos envolvimento político-partidários por parte de alguns dirigentes e isso provocou constrangimentos e atritos entre o poder político local e a associação inibindo a atuação plena de ambos como parceiros;
- A crise do dólar que afeta diretamente os lucros;
- A falta de uma gestão mais democrática resultado da insuficiência de uma política de capacitação dos agricultores associados, de tal modo que, possibilitasse a participação destes na diretoria, capazes de gerir a associação.

De modo geral, vale ressaltar que foram evidentes as lamentações dos entrevistados, por conta, da crise que a APAEB vem atravessando.

É interessante ainda destacar, que a APAEB exerce função bastante proeminente no município de Valente, valorizando aspectos culturais bem como as tradições

locais, com isso, reforça os laços de reciprocidade e solidariedade, além de, conseqüentemente, fortalecer uma identidade territorial.

Contudo, torna-se eminente o impacto negativo causado pela crise vivenciada pela APAEB causando o enfraquecimento do comércio local, a demissão de funcionários e concomitante atraso e/ou não pagamento dos salários de outros que permaneceram empregados, a conseqüente queda do padrão de vida do associado, afetado diretamente, a descrença popular nesse processo de Desenvolvimento, o enfraquecimento dos laços de integração entre a esfera política local e a instituição de terceiro setor – APAEB/Valente – tudo isso mais uma vez, ilustra sua relevância para o referido município e denota alguns obstáculos para o fortalecimento dos conteúdos do território valorizados pela agenda geográfica atual.

As instituições de Terceiro Setor são vistas como parceiras complementares na guarnição das necessidades básicas dos indivíduos, no entanto, isso se torna inviável na medida em que ainda existem ranços político-partidários enraizados, principalmente, nos lugares onde as demandas sociais são gritantes.

Para tanto existe emergência na busca da verdadeira democratização alcançada exclusivamente com a tomada de decisão realmente compartilhada pelas esferas pública, privada e o terceiro setor. Outro ponto relevante nesse aspecto é a necessidade gradativa da capacitação dos indivíduos associados da APAEB, para um processo de aprendizagem e inovação, através desse mecanismo possivelmente poder-se-ia atingir de maneira mais eficaz a autêntica participação destes sujeitos na tomada das decisões.

O Terceiro Setor deve ser visto exercendo a complementaridade ao Estado no cumprimento e formulação de políticas públicas, da maneira geral isso se torna impraticável devido, como acontece em Valente, aos partidarismos e às intrigas políticas que permeiam o cenário brasileiro. Então o que deveria acontecer era o auxílio na dissolução dos problemas sociais acaba por acometer ainda mais os desafios para o pleno Desenvolvimento Local respeitando os princípios básicos deste que são:

- A valorização da identidade local da população;
- O aproveitamento do potencial dos recursos físicos disponíveis para o melhoramento da condição de vida da população;

- Desenvolvimento atrelado às transformações da sociedade sanando as demandas sociais.

Baseando-se em tais considerações o Desenvolvimento local é algo que depende muito do poder de articulação da comunidade/sociedade local, bem como do potencial físico disponível, além, das iniciativas governamentais aliadas ao terceiro setor e às empresas privadas para assim viabilizar as propostas que surgirem. De tal modo necessita-se dar suporte, manutenção e continuação aos possíveis projetos que brotarem dessa junção de forças catalisadoras através da implantação dos jovens nesse processo.

Comemora-se atualmente a legalização das entidades de terceiro setor através de instrumentos dispostos pelo Estado para corroborar a captação de recursos e afiançar a seguridade dos recursos que deveriam ser providos pelo Estado. Quando questionada a Vice-presidente da APAEB quanto à existência desse instrumento legal, ela assegurou que não dispunham. Então é necessário avançar nesses aspectos para conseguir apoios financeiros e continuar dinamizando o município de Valente, bem como, tentar solidificar os laços de solidariedade territorial.

Necessita-se de organização e formação comunitária voltada valorização da territorialidade construída, além, da ampliação desses aspectos a fim de evitar a estagnação do processo que se iniciou tempos atrás.

Como sugestão o que caberia para dinamizar o município de Valente seria mais transparência nas ações desenvolvidas tanto pelo Poder Político Municipal como também pela APAEB, no sentido de solucionar as intrigas entre ambas e construir novas formas de pensar/agir territorialmente. Além disso, pensar em formas alternativas para democratizar a gestão tanto da APAEB como também do Poder Político Municipal através da capacitação, para a formação de lideranças, inserindo o jovem nesse processo.

Ademais, ficou evidenciado a partir desse trabalho, que não acontece ainda um o processo de Desenvolvimento Local, tudo indica que há o potencial endógeno para fomentar um processo de D.L., contudo, as velhas práticas precisam ser substituídas e os constrangimentos entre as instituições superados.

REFERÊNCIAS

APAEB. 20 anos – Reinventado o Sertão. Valente. Disponível em <<http://www.apaeb.com.br/index.php>> Agosto. 2007

APAEB. *Homepage*. Disponível em <http://www.apaeb.com.br> Acesso em Agosto. 2007.

ÁVILA, V. F. de. Realimentando discussão sobre teoria de Desenvolvimento Local (DL) In: INTERAÇÕES, Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol. 8, N. 13, p. 133-140, Set. 2006. Disponível em Scielo. <<http://www.scielo.br>> Acesso em 11/12/2007.

CALDAS, E. L. e MARTINS, R. D. (2006) Desenvolvimento Econômico Local. Disponível em: <<http://www.polis.org.br>>. Acesso em 11/12/2007

COSTA, F. L. e CUNHA, A. P. G. (2003). _____. In: VERGARA, S. C. e CORRÊA, V. L.A. Propostas para uma gestão pública municipal efetiva. Rio de Janeiro: FGV. p. 69-88.

FOLHA DA APAEB. Boletim informativo semanal. Ed. N°322 de Abril de 2007. Disponível em <<http://www.apaeb.com.br/index.php>> Acesso em 17 de Março 2008.

FONSECA, A. A. M. Instituição e desenvolvimento territorial: o desempenho municipal após a descentralização. Feira de Santana - BA: UEFS, 2006.

FRANÇA FILHO, G. C. (2001). Esclarecendo Terminologias: As noções de Terceiro setor, Economia social, Economia solidária e Economia popular em perspectiva. Revista de Desenvolvimento Econômico, Salvador, ano III, n. 5, p. 51-59, dez.

FROEHLICH, J. M. (1998). O “Local” na atribuição de Sentido do Desenvolvimento. Revista Paraense de Desenvolvimento. Curitiba, n°94, maio/dez, p. 87-96.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Perfil dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

LAURINDO, A. S. da C. O papel do Terceiro Setor na efetivação dos direitos sociais Brasil 1998 a 2006. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito de Campos – FDC. Programa de Pós-Graduação – Mestrado/Direito Políticas Públicas e Processo. Campos dos Goytacazes – Rio de Janeiro, 2006. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaPeriodicoForm.do>. Acesso em 25 de março 2008.

LEI N° 9.790, DE 23 DE MARÇO DE 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9790.htm>. Acesso em 28 de março 2008.

LIMA, A. S. Entre o campo e a cidade: a política pública do sisal na Bahia. UNEB – Universidade do Estado da Bahia - Campus V. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional da UNEB, DCH - Campus V.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENTE – BA; Informativo. Ano I, N° 01 – Valente-Ba, 2007. Balanço 2 anos de Gestão.

SANTOS FILHO, A. M. Desenvolvimento local induzido: análise do desempenho do Programa Faz Cidadão nos municípios baianos de Saúde e Umburanas (1999-2004). 171 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Pós-Graduação em Geografia. Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

SANTOS, M. A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção. São Paulo. Hucitec, 1999.

SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Indicadores estatísticos. 2004 Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/publicacoes/publicacoes_sei/bahia_dados> Acesso em: Junho 2008.

SILVA, E. K. da. Os Efeitos da Lei 9.790/99 face ao gerenciamento de duas associações privadas qualificadas como organizações da sociedade civil de interesse público de Itajaí – Estado de Santa Catarina. (Mestrado em Administração). Universidade do Vale do Itajaí, Centro de Educação de Biguaçu. SC. 2005. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaPeriodicoForm.do> Acesso em 25 março, 2008.

SILVA, S. B. de M. e; Reinventando o território: tradição e mudança na região do sisal - Bahia. In: SILVA, S. B. de M. e; SILVA, B. C. N. Estudos sobre globalização, território e Bahia. Salvador: UFBA/Mestrado em Geografia, 2003 p. 131-153.

TAPIA, J. R. B. Desenvolvimento local, concertação social e governança a experiência dos pactos territoriais na Itália. SÃO PAULO EM PERSPECTIVA, v. 19, n. 1, p. 132-139, jan./mar. 2005. Disponível em Scielo. <<http://www.scielo.br>> acesso em 11 dezembro, 2007.

TREZZA, Valéria Maria. O Termo de Parceria como Instrumento de Relação Público/Privado Sem Fins Lucrativos: O Difícil Equilíbrio entre Flexibilidade e Controle. 198 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo). Escola de Administração de Empresas de São Paulo – Fundação Getulio Vargas. São Paulo, SP, 2007. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaPeriodicoForm.do> Acesso em 25 março, 2008.

- 1.() sim 2.() não

g) Se sim, considera que sua participação e frequência foram:

- 1.() inexpressiva 2. () regular 3. () boa 4. () ótima 5. () excelente

h) Como você avalia o nível de conscientização da comunidade local em relação à questão da auto-organização para Desenvolvimento Local no município:

- 1.() inexpressiva 2. () regular 3. () boa 4. () ótima 5. () excelente

i) Você percebe a atuação da APAEB em seu município?

- 1.() sim 2.() não

j) Como avalia as contribuições da APAEB para o Desenvolvimento Local?

- 1.() inexpressiva 2. () regular 3. () boa 4. () ótima 5. () excelente

l) Como avalia sua contribuição para as mudanças das políticas públicas de desenvolvimento no município:

- 1.() inexpressiva 2. () regular 3. () boa 4. () ótima 5. () excelente

Justifique sua resposta

.....

m) Você sozinho tem liberdade para opinar e tomar decisões nas reuniões da associação?

- 1.() sim 2.() não 3.() às vezes

III – NÍVEL DE EFICÁCIA DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

a) A qualidade dos serviços de saúde oferecidos à sociedade podem ser classificados como:

- 1.() inexpressivos 2. () regulares 3. () bons 4. () ótimos 5. () excelentes

b) Você acha que as ações prioritárias em desenvolvimento estão sendo implementadas de forma:

- 1.() inexpressiva 2. () regular 3. () boa 4. () ótima 5. () excelente

c) A que você atribui isso?

d) O que falta melhorar para o Desenvolvimento do município?

.....

IV – NÍVEL DE ENGAJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL COM A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NO MUNICÍPIO

a) A contribuição da prefeitura para a promoção do desenvolvimento no município tem sido:

- 1.() inexpressiva 2. () regular 3. () boa 4. () ótima 5. () excelente

Por que você acha isso?

.....

b) O apoio da prefeitura e das associações para a organização no município tem sido:

- 1.() inexpressiva 2. () regular 3. () boa 4. () ótima 5. () excelente

c) Quais os obstáculos você acha que a prefeitura encontra para desenvolver os projetos necessários para a promoção do desenvolvimento?

.....

d) Considera a atuação dos secretários municipais como sendo:

1. () inexpressiva 2. () regular 3. () boa 4. () ótima 5. () excelente

e) Como avalia o desempenho da prefeitura em relação ao oferecimento de serviços básicos a população:

1. () inexpressiva 2. () regular 3. () boa 4. () ótima 5. () excelente

f) O que a prefeitura tem efetivamente feito para mudar o quadro atual do desenvolvimento no município? E o que é preciso fazer?

.....

.....

h) Você sabe se a prefeitura está desenvolvendo algum projeto de desenvolvimento? Qual?

.....

.....

s) Na sua opinião, qual a atividade responsável pelo desenvolvimento da economia no município?

.....

.....

.....

t) Existe alguma parceria entre o poder público local e a APAEB? Qual? Como funciona?

.....

.....

Apêndice 2 – ENTREVISTA COM REPRESENTANTE DO COMÉRCIO

Entrevistadora: Isis Cássia Silva dos Santos

Assinatura:

Data:/...../2008

Hora:

Município: () Valente

I – PERFIL DO MEMBRO DO COMÉRCIO

a) Nome:

b) Idade: anos c) Sexo () M () F

d) Endereço: Tel.:

e) Estado civil:

() casado () solteiro () viúvo () separado () amasiado () outros

f) Escolaridade:

() analfabeto

() alfabetizado

() primário completo

() primário incompleto

() ginásio completo

() ginásio incompleto

() superior completo

() superior incompleto

nome

do

curso:

.....

(.....)

Outro.....

g) Local de nascimento (distrito, município, estado, país)

.....

h) Há quanto tempo mora no município?

.....

i) Qual a sua atividade atual? E a anterior?

.....

j) Já assumiu algum cargo público? (qual e quando?)

.....

II – NÍVEL DE PARTICIPAÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO DA ENTIDADE

a) Você sabe se tem uma associação dos comerciários? Qual?

.....

b) Se tem. Qual a sua função na associação?

.....

c) Em que ano foi fundada a associação? E com quantos membros? E hoje?

.....

d) Considera a atuação da associação do comerciário como sendo:

1.() inexpressiva 2.() regular 3.() boa 4.() ótima 5.() excelente

e) Classifica a atuação das associações como sendo impulsionadoras para o desenvolvimento:

1.() inexpressiva 2. () regular 3. () boa 4. () ótima 5. () excelente

f) Classifica a atuação da APAEB como sendo impulsionadora para o comércio:

1.() inexpressiva 2. () regular 3. () boa 4. () ótima 5. () excelente

g) Como você avalia o nível de conscientização da comunidade local em relação à questão da auto-organização para Desenvolvimento Local no município:

1.() inexpressiva 2. () regular 3. () boa 4. () ótima 5. () excelente

h) Como avalia sua contribuição para as mudanças das políticas públicas de desenvolvimento no município:

1.() inexpressiva 2. () regular 3. () boa 4. () ótima 5. () excelente

Justifique sua resposta

.....

III – NÍVEL DE EFICÁCIA DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

a) A qualidade dos serviços de saúde oferecidos à sociedade podem ser classificados como:

1.() inexpressivos 2. () regulares 3. () bons 4. () ótimos 5. () excelentes

b) Você acha que as ações prioritárias em desenvolvimento estão sendo implementadas de forma:

1.() inexpressiva 2. () regular 3. () boa 4. () ótima 5. () excelente

c) A que você atribui isso?

.....

d) O que falta melhorar para o Desenvolvimento do município?

.....

IV – NÍVEL DE ENGAJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL COM A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NO MUNICÍPIO

a) A contribuição da prefeitura para a promoção do desenvolvimento no município tem sido:

1.() inexpressiva 2. () regular 3. () boa 4. () ótima 5. () excelente

Por que você acha isso?;.....

b) O apoio da prefeitura para o desenvolvimento do comércio tem sido:

1.() inexpressiva 2. () regular 3. () boa 4. () ótima 5. () excelente

c) Quais os obstáculos você acha que a prefeitura encontra para desenvolver os projetos necessários para a promoção do desenvolvimento?

.....

d) Considera a autonomia dos secretários municipais na tomada de decisões como sendo:

1.() inexpressiva 2. () regular 3. () boa 4. () ótima 5. () excelente

e) Como avalia o desempenho da prefeitura em relação ao oferecimento de serviços básicos a população:

1. () inexpressiva 2. () regular 3. () boa 4. () ótima 5. () excelente

f) O que a prefeitura tem efetivamente feito para mudar o quadro atual do desenvolvimento no município? E o que é preciso fazer?

.....

g) Desde a criação, até os dias atuais, a APAEB têm influenciado o crescimento econômico do município? Como você classificaria?

1. () inexpressiva 2. () regular 3. () boa 4. () ótima 5. () excelente

h) A partir das ações da APAEB, o município tem crescido ou regredido? Como você classificaria?

1. () inexpressiva 2. () regular 3. () boa 4. () ótima 5. () excelente

i) você sabe se a prefeitura está desenvolvendo algum projeto de desenvolvimento? Qual?

.....

.....

j) em sua opinião, qual a atividade responsável pelo desenvolvimento da economia no município?

.....

.....

Apêndice 3 – ENTREVISTA COM MEMBRO DO PODER PÚBLICO LOCAL
(vereadores)

Entrevistador: Isis Cássia Silva dos Santos

Assinatura: _____

Data: ____/____/ 2008

dia da semana: _____ hora: _____

Município: () Valente

I – PERFIL DO MEMBRO DO PODER PÚBLICO LOCAL

a) Nome: _____

b) Idade: _____

c) Sexo () M () F

d) Endereço: _____

Tel.: _____

e) Estado civil:

() casado () solteiro () viúvo () separado () amasiado () outros

f) Escolaridade:

() analfabeto

() alfabetizado

() primário completo

() primário incompleto

() ginásio completo

() ginásio incompleto

() superior completo

() superior incompleto

nome

do

curso: _____

(_____)

Outro: _____

g) Local de nascimento (distrito, município, estado, país).

h) Há quanto tempo mora no município?

i) Qual a sua atividade atual? E a anterior?

j) Já assumiu algum cargo público anteriormente? (qual e quando?)

l) Há quanto tempo é filiado a esse partido? Já foi filiado a outro? Qual?

II – NÍVEL DE PARTICIPAÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO DA SOCIEDADE

a) Você sabe quais são as ações desenvolvidas pela APAEB?

b) Você considera que elas são importantes para o município? Como você classificaria?

1. () inexpressiva 2. () regular 3. () boa 4. () ótima 5. () excelente

c) Como você avalia o nível de conscientização da comunidade local em relação à problemática ambiental do município:

1. () inexpressiva 2. () regular 3. () boa 4. () ótima 5. () excelente

d) Como avalia sua contribuição para as mudanças políticas e sócio-econômicas do município:

1. () inexpressiva 2. () regular 3. () boa 4. () ótima 5. () excelente

Justifique sua resposta:

e) A participação da sociedade nas decisões administrativas pode ser avaliada como:

1. () inexpressiva 2. () regular 3. () boa 4. () ótima 5. () excelente

f) Quais são os fatores que você considera que mais dificultam a participação da comunidade em reuniões para decisões sobre plano de Desenvolvimento Local:

g) Quem define as prioridades na implantação dos projetos previstos na Agenda de D. L.:

() os membros do fórum () a Prefeitura () a comunidade em assembléias ou plebiscitos

() o Governo do Estado () algum político (deputado, senador etc.) que representa o município

() outros _____

h) Como avalia sua influência na organização e tomada de decisões na implantação desses projetos?

III – NÍVEL DE EFICÁCIA DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

a) Enumere, por ordem de importância, o que considera como ações prioritárias visando o desenvolvimento do município:

() inclusão social

() fortalecimento da economia local

() inovação na gestão pública

() gestão ambiental e uso racional dos recursos naturais

() mobilização da sociedade

b) A qualidade dos serviços sociais (saúde, educação, assistência social)

oferecidos à sociedade, podem ser classificados como:

1. () inexpressivos 2. () regulares 3. () bons 4. () ótimos 5. () excelentes

c) Você acha que as ações previstas na Agenda de D. L. estão sendo implementadas de forma:

1. () inexpressiva 2. () regular 3. () boa 4. () ótima 5. () excelente

A que você atribui isso?

d) Você acha que os recursos (financeiros e técnicos) disponibilizados pela APAEB para efetivar o Desenvolvimento do município, podem ser considerados como:

1. () inexpressivos 2. () regulares 3. () bons 4. () ótimos 5. () excelentes

e) Com relação aos investimentos previstos e executados para melhoria das habitações e saneamento básico no município você considera que os mesmos foram:

1. () inexpressivos 2. () regulares 3. () bons 4. () ótimos 5. () excelentes

f) Considerando as demandas previstas na Agenda de D. L. para o tratamento da problemática ambiental como pode ser avaliado o desempenho da prefeitura em atendê-las:

1. () inexpressivo 2. () regular 3. () bom 4. () ótimo 5. () excelente

g) O trabalho de educação ambiental realizado no município pode ser classificado como:

1. () inexpressiva 2. () regular 3. () boa 4. () ótima 5. () excelente

i) O que mudou no município a partir da criação da APAEB ?

j) O que falta melhorar no município?

l) Como você acha que as associações podem contribuir para essas melhorias?

m) De uma forma ampla, você classificaria o desempenho da APAEB como sendo:

1. () inexpressivo 2. () regular 3. () bom 4. () ótimo 5. () excelente

n) Por que você classifica dessa maneira?

IV – NÍVEL DE ENGAJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL COM A APAEB

a) A contribuição da prefeitura em ações que ajude o desenvolvimento do município, têm sido:

1. () inexpressiva 2. () regular 3. () boa 4. () ótima 5. () excelente

Porque você acha isso?

b) Quais os obstáculos você acha que a prefeitura encontra para desenvolver os projetos previstos na Agenda de D. L.?

c) Qual a origem dos recursos para executar os projetos que estão previstos na Agenda de D. L.?

() Governo municipal () Governo estadual

() Governo federal () Instituições internacional

() outros () não sabe informar

d) A política de geração de emprego e renda no município a partir da APAEB pode ser avaliada como:

1.() inexpressiva 2. () regular 3. () boa 4. () ótima 5. () excelente

e) Tem havido uma valorização da economia local? De que forma?

f) Como você classifica esta valorização:

1.() inexpressiva 2. () regular 3. () boa 4. () ótima 5. () excelente

g) Em quantos por cento aumentaram o montante dos recursos repassados do Estado e da União para o Município?

h) Como avalia a participação da comunidade nas decisões de onde, como e quando aplicar esses recursos:

1.() inexpressiva 2. () regular 3. () boa 4. () ótima 5. () excelente

i) Considera a atuação dos secretários públicos na tomada de decisões como sendo:

1.() inexpressiva 2. () regular 3. () boa 4. () ótima 5. () excelente

j) Como avalia o desempenho da prefeitura em relação ao oferecimento de serviços básicos a população:

1.() inexpressiva 2. () regular 3. () boa 4. () ótima 5. () excelente

l) O que a prefeitura tem efetivamente feito para melhorar o quadro atual do município?

m) O que ainda é preciso fazer?

n) Quais foram os projetos votados e aprovados na câmara municipal que tinham relação direta com a Agenda de D. L.?

o) De uma forma geral, qual a sua opinião sobre a APAEB?

p) Como você avalia a atuação das associações para o Desenvolvimento Local no município?

1.() inexpressiva 2. () regular 3. () boa 4. () ótima 5. () excelente

q) Qual a importância das associações para o Desenvolvimento Local no município?

1.() inexpressiva 2. () regular 3. () boa 4. () ótima 5. () excelente

r) O apoio que a prefeitura tem dado para a organização das associações no município tem sido:

1.() inexpressiva 2. () regular 3. () boa 4. () ótima 5. () excelente

s) De uma forma geral, qual a sua opinião sobre a organização popular para o Desenvolvimento Local do seu município?

t) Em sua opinião, qual a atividade responsável pelo desenvolvimento da economia no município?

u) Existe alguma parceria entre o poder público local e a APAEB? Qual? Como funciona?

.....

.....

.....

Apêndice 4 – ENTREVISTA COM O PREFEITO MUNICIPAL

Entrevistadora: Isis Cássia Silva dos Santos

Assinatura: _____

Data:

Dia da semana:

hora:

Município: () Valente

I – PERFIL DO MEMBRO DO PODER PÚBLICO LOCAL

a)

Nome:.....

b) Idade:.....

c) Sexo () M ()

F

d)

Endereço:..... Tel.:.....

e) Estado civil:

() casado () solteiro () viúvo () separado () amasiado () outros

f) Escolaridade:

() analfabeto

() alfabetizado

() primário completo

() primário incompleto

() ginásio completo

() ginásio incompleto

() secundário/técnico completo

() secundário/técnico incompleto

() superior completo

() superior incompleto

Nome do curso:

.....

() pós-graduação completo () pós-graduação incompleto

Nome do

curso:.....

g)

Local

de

nascimento:.....

h)

Há

quanto

tempo

mora

no

Município?.....

i)

Qual

a

sua

atividade

atual?

E

a

anterior?.....

j) Já assumiu algum cargo público anteriormente? (qual e quando?)

.....

l) Há quanto tempo é filiado a esse partido? Já foi filiado a outro partido? Quando e qual?

.....

II – NÍVEL DE PARTICIPAÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO DA SOCIEDADE

a) Você conhece os objetivos da APAEB?

.....

b) De que forma eles contribuem para o desenvolvimento do município?

.....

c) Como você avalia o nível de conscientização da comunidade local em relação à problemática ambiental do município:

1. () inexpressiva 2. () regular 3. () boa 4. () ótima 5. () excelente

d) Como avalia sua contribuição para as mudanças políticas e sócio-econômicas do município:

1. () inexpressiva 2. () regular 3. () boa 4. () ótima 5. () excelente

Justifique sua resposta:

.....

e) A participação da sociedade nas decisões administrativas pode ser avaliada como:

1. () inexpressiva 2. () regular 3. () boa 4. () ótima 5. () excelente

f) Considera a atuação da APAEB como sendo:

1. () inexpressiva 2. () regular 3. () boa 4. () ótima 5. () excelente

g) Quais são os fatores que você considera que mais contribuem para dificultar a participação da comunidade e a tomada de decisões no Fórum de Desenvolvimento Local?

.....

.....

h) Quem define as prioridades na implantação dos projetos previstos na Agenda de D. L.:

() os membros do fórum

() a Prefeitura

() a comunidade em assembléias ou plebiscitos

() o Governo do Estado

() algum político (deputado, senador etc.) que representa o município

() outros

(especificar):.....

i) Como avalia sua influência na organização e tomada de decisões do fórum?

1. () inexpressiva 2. () regular 3. () boa 4. () ótima 5. () excelente

III – NÍVEL DE EFICÁCIA DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

a) Enumere por ordem de importância o que considera como ações prioritárias visando o desenvolvimento do município:

() inclusão social

() fortalecimento da economia local

() inovação na gestão pública

() gestão ambiental e uso racional dos recursos naturais

() mobilização da sociedade

b) A qualidade dos serviços sociais (saúde, educação, assistência social) oferecidos à sociedade, podem ser classificados como:

1. () inexpressivos 2. () regulares 3. () bons 4. () ótimos 5. () excelentes

c) Você acha que as ações previstas na Agenda de D. L. estão sendo implementadas de forma:

1. () inexpressiva 2. () regular 3. () boa 4. () ótima 5. () excelente

d) A que você atribui isso?

.....

e) Você acha que os recursos (financeiros e técnicos) disponibilizados pelo Governo do Estado para efetivar as ações da APAEB, podem ser considerados como:

1. () inexpressivos 2. () regulares 3. () bons 4. () ótimos 5. () excelentes

f) Com relação aos investimentos previstos e executados para melhoria das habitações e saneamento básico no município você considera que os mesmos foram:

1. () inexpressivos 2. () regulares 3. () bons 4. () ótimos 5. () excelentes

g) Considerando as demandas previstas na Agenda de D.L. para tratamento da problemática ambiental como pode ser avaliado o desempenho da prefeitura em atendê-las:

1. () inexpressivo 2. () regular 3. () bom 4. () ótimo 5. () excelente

h) O trabalho de educação ambiental realizado no município pode ser classificado como:

1. () inexpressiva 2. () regular 3. () boa 4. () ótima 5. () excelente

i) Quais os projetos ou etapas previstos na Agenda de D. L. que já foram implementados?

j) Os resultados das ações desenvolvidas pela APAEB para o desenvolvimento do Município podem ser avaliados como sendo:

1. () inexpressivos 2. () regular 3. () bom 4. () ótimo 5. () excelente

k) O que mudou no município com o surgimento da APAEB?

.....

l) O que falta melhorar no município?

.....

m) Como você acha que as associações podem contribuir para essas melhorias?

.....

n) De uma forma ampla, você classificaria a APAEB como sendo:

1. () inexpressivo 2. () regular 3. () bom 4. () ótimo 5. () excelente

o) Por que você classifica dessa maneira?.....

IV – NÍVEL DE ENGAJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL COM A APAEB

a) A contribuição da prefeitura para que a APAEB ajude no desenvolvimento do município, têm sido:

1. () inexpressiva 2. () regular 3. () boa 4. () ótima 5. () excelente

b) Porque você acha isso?

1. () inexpressiva 2. () regular 3. () boa 4. () ótima 5. () excelente

s) O apoio que a prefeitura tem dado a organização das associações no município, tem sido?

1. () inexpressiva 2. () regular 3. () boa 4. () ótima 5. () excelente

t) De uma forma geral, qual a sua opinião sobre o papel da organização popular para o Desenvolvimento Local do seu município?

.....

u) Na sua opinião, qual a atividade responsável pelo desenvolvimento da economia no município?

.....

v) Existe alguma parceria entre o poder público local e a APAEB? Qual? Como funciona?

.....

.....

.....

Anexo 1 - Lei N° 9.790, de 23 de março de 1999.



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI N° 9.790, DE 23 DE MARÇO DE 1999.

[Regulamento](#)

Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA QUALIFICAÇÃO COMO ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

DE INTERESSE PÚBLICO

Art. 1º Podem qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos por esta Lei.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, considera-se sem fins lucrativos a pessoa jurídica de direito privado que não distribui, entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social.

§ 2º A outorga da qualificação prevista neste artigo é ato vinculado ao cumprimento dos requisitos instituídos por esta Lei.

Art. 2º Não são passíveis de qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, ainda que se dediquem de qualquer forma às atividades descritas no art. 3º desta Lei:

I - as sociedades comerciais;

II - os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional;

III - as instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais;

IV - as organizações partidárias e assemelhadas, inclusive suas fundações;

V - as entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;

VI - as entidades e empresas que comercializam planos de saúde e assemelhados;

VII - as instituições hospitalares privadas não gratuitas e suas mantenedoras;

VIII - as escolas privadas dedicadas ao ensino formal não gratuito e suas mantenedoras;

IX - as organizações sociais;

X - as cooperativas;

XI - as fundações públicas;

XII - as fundações, sociedades civis ou associações de direito privado criadas por órgão público ou por fundações públicas;

XIII - as organizações creditícias que tenham quaisquer tipo de vinculação com o sistema financeiro nacional a que se refere o art. 192 da Constituição Federal.

Art. 3º A qualificação instituída por esta Lei, observado em qualquer caso, o princípio da universalização dos serviços, no respectivo âmbito de atuação das Organizações, somente será conferida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujos objetivos sociais tenham pelo menos uma das seguintes finalidades:

I - promoção da assistência social;

II - promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;

III - promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;

IV - promoção gratuita da saúde, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;

V - promoção da segurança alimentar e nutricional;

VI - defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;

VII - promoção do voluntariado;

VIII - promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;

IX - experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;

X - promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar;

XI - promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;

XII - estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, a dedicação às atividades nele previstas configura-se mediante a execução direta de projetos, programas, planos de ações correlatas, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou ainda pela prestação de serviços intermediários de

apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuem em áreas afins.

Art. 4º Atendido o disposto no art. 3º, exige-se ainda, para qualificarem-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, que as pessoas jurídicas interessadas sejam regidas por estatutos cujas normas expressamente disponham sobre:

I - a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência;

II - a adoção de práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação no respectivo processo decisório;

III - a constituição de conselho fiscal ou órgão equivalente, dotado de competência para opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil, e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade;

IV - a previsão de que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos desta Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social da extinta;

V - a previsão de que, na hipótese de a pessoa jurídica perder a qualificação instituída por esta Lei, o respectivo acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos desta Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social;

VI - a possibilidade de se instituir remuneração para os dirigentes da entidade que atuem efetivamente na gestão executiva e para aqueles que a ela prestam serviços específicos, respeitados, em ambos os casos, os valores praticados pelo mercado, na região correspondente a sua área de atuação;

VII - as normas de prestação de contas a serem observadas pela entidade, que determinarão, no mínimo:

a) a observância dos princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade;

b) que se dê publicidade por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo-se as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão;

c) a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto do termo de parceria conforme previsto em regulamento;

d) a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos pelas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público será feita conforme determina o parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal.

Parágrafo único. É permitida a participação de servidores públicos na composição de conselho de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, vedada a percepção de remuneração ou subsídio, a qualquer título. [\(Incluído pela Lei nº 10.539, de 2002\)](#)

Art. 5º Cumpridos os requisitos dos arts. 3º e 4º desta Lei, a pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, interessada em obter a qualificação instituída por esta Lei, deverá formular

requerimento escrito ao Ministério da Justiça, instruído com cópias autenticadas dos seguintes documentos:

- I - estatuto registrado em cartório;
- II - ata de eleição de sua atual diretoria;
- III - balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício;
- IV - declaração de isenção do imposto de renda;
- V - inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes.

Art. 6º Recebido o requerimento previsto no artigo anterior, o Ministério da Justiça decidirá, no prazo de trinta dias, deferindo ou não o pedido.

§ 1º No caso de deferimento, o Ministério da Justiça emitirá, no prazo de quinze dias da decisão, certificado de qualificação da requerente como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

§ 2º Indeferido o pedido, o Ministério da Justiça, no prazo do § 1º, dará ciência da decisão, mediante publicação no Diário Oficial.

§ 3º O pedido de qualificação somente será indeferido quando:

- I - a requerente enquadrar-se nas hipóteses previstas no art. 2º desta Lei;
- II - a requerente não atender aos requisitos descritos nos arts. 3º e 4º desta Lei;
- III - a documentação apresentada estiver incompleta.

Art. 7º Perde-se a qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, a pedido ou mediante decisão proferida em processo administrativo ou judicial, de iniciativa popular ou do Ministério Público, no qual serão assegurados, ampla defesa e o devido contraditório.

Art. 8º Vedado o anonimato, e desde que amparado por fundadas evidências de erro ou fraude, qualquer cidadão, respeitadas as prerrogativas do Ministério Público, é parte legítima para requerer, judicial ou administrativamente, a perda da qualificação instituída por esta Lei.

CAPÍTULO II

DO TERMO DE PARCERIA

Art. 9º Fica instituído o Termo de Parceria, assim considerado o instrumento passível de ser firmado entre o Poder Público e as entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes, para o fomento e a execução das atividades de interesse público previstas no art. 3º desta Lei.

Art. 10. O Termo de Parceria firmado de comum acordo entre o Poder Público e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público discriminará direitos, responsabilidades e obrigações das partes signatárias.

§ 1º A celebração do Termo de Parceria será precedida de consulta aos Conselhos de Políticas Públicas das áreas correspondentes de atuação existentes, nos respectivos níveis de governo.

§ 2º São cláusulas essenciais do Termo de Parceria:

I - a do objeto, que conterà a especificação do programa de trabalho proposto pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público;

II - a de estipulação das metas e dos resultados a serem atingidos e os respectivos prazos de execução ou cronograma;

III - a de previsão expressa dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de resultado;

IV - a de previsão de receitas e despesas a serem realizadas em seu cumprimento, estipulando item por item as categorias contábeis usadas pela organização e o detalhamento das remunerações e benefícios de pessoal a serem pagos, com recursos oriundos ou vinculados ao Termo de Parceria, a seus diretores, empregados e consultores;

V - a que estabelece as obrigações da Sociedade Civil de Interesse Público, entre as quais a de apresentar ao Poder Público, ao término de cada exercício, relatório sobre a execução do objeto do Termo de Parceria, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado de prestação de contas dos gastos e receitas efetivamente realizados, independente das previsões mencionadas no inciso IV;

VI - a de publicação, na imprensa oficial do Município, do Estado ou da União, conforme o alcance das atividades celebradas entre o órgão parceiro e a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, de extrato do Termo de Parceria e de demonstrativo da sua execução física e financeira, conforme modelo simplificado estabelecido no regulamento desta Lei, contendo os dados principais da documentação obrigatória do inciso V, sob pena de não liberação dos recursos previstos no Termo de Parceria.

Art. 11. A execução do objeto do Termo de Parceria será acompanhada e fiscalizada por órgão do Poder Público da área de atuação correspondente à atividade fomentada, e pelos Conselhos de Políticas Públicas das áreas correspondentes de atuação existentes, em cada nível de governo.

§ 1º Os resultados atingidos com a execução do Termo de Parceria devem ser analisados por comissão de avaliação, composta de comum acordo entre o órgão parceiro e a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

§ 2º A comissão encaminhará à autoridade competente relatório conclusivo sobre a avaliação procedida.

§ 3º Os Termos de Parceria destinados ao fomento de atividades nas áreas de que trata esta Lei estarão sujeitos aos mecanismos de controle social previstos na legislação.

Art. 12. Os responsáveis pela fiscalização do Termo de Parceria, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública pela organização parceira, darão imediata ciência ao Tribunal de Contas respectivo e ao Ministério Público, sob pena de responsabilidade solidária.

Art. 13. Sem prejuízo da medida a que se refere o art. 12 desta Lei, havendo indícios fundados de malversação de bens ou recursos de origem pública, os responsáveis pela fiscalização representarão ao Ministério Público, à Advocacia-Geral da União, para que requeiram ao juízo competente a decretação da indisponibilidade dos bens da entidade e o seqüestro dos bens dos seus dirigentes, bem como de agente público ou terceiro, que possam ter enriquecido ilicitamente ou causado dano ao patrimônio público, além de outras medidas consubstanciadas na [Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992](#), e na [Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990](#).

§ 1º O pedido de seqüestro será processado de acordo com o disposto nos arts. 822 e 825 do Código de Processo Civil.

§ 2º Quando for o caso, o pedido incluirá a investigação, o exame e o bloqueio de bens, contas bancárias e aplicações mantidas pelo demandado no País e no exterior, nos termos da lei e dos tratados internacionais.

§ 3º Até o término da ação, o Poder Público permanecerá como depositário e gestor dos bens e valores seqüestrados ou indisponíveis e velará pela continuidade das atividades sociais da organização parceira.

Art. 14. A organização parceira fará publicar, no prazo máximo de trinta dias, contado da assinatura do Termo de Parceria, regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará para a contratação de obras e serviços, bem como para compras com emprego de recursos provenientes do Poder Público, observados os princípios estabelecidos no inciso I do art. 4º desta Lei.

Art. 15. Caso a organização adquira bem imóvel com recursos provenientes da celebração do Termo de Parceria, este será gravado com cláusula de inalienabilidade.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 16. É vedada às entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público a participação em campanhas de interesse político-partidário ou eleitorais, sob quaisquer meios ou formas.

Art. 17. O Ministério da Justiça permitirá, mediante requerimento dos interessados, livre acesso público a todas as informações pertinentes às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

~~Art. 18. As pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, qualificadas com base em outros diplomas legais, poderão qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, desde que atendidos os requisitos para tanto exigidos, sendo-lhes assegurada a manutenção simultânea dessas qualificações, até dois anos contados da data de vigência desta Lei.~~

~~§ 1º Findo o prazo de dois anos, a pessoa jurídica interessada em manter a qualificação prevista nesta Lei deverá por ela optar, fato que implicará a renúncia automática de suas qualificações anteriores.~~

Art. 18. As pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, qualificadas com base em outros diplomas legais, poderão qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, desde que atendidos aos requisitos para tanto exigidos, sendo-lhes assegurada a manutenção simultânea dessas qualificações, até cinco anos contados da data de vigência desta Lei. [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 2001\)](#)

§ 1º Findo o prazo de cinco anos, a pessoa jurídica interessada em manter a qualificação prevista nesta Lei deverá por ela optar, fato que implicará a renúncia automática de suas qualificações anteriores. [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 2001\)](#)

§ 2º Caso não seja feita a opção prevista no parágrafo anterior, a pessoa jurídica perderá automaticamente a qualificação obtida nos termos desta Lei.

Art. 19. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de trinta dias.

Art. 20. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 23 de março de 1999; 178º da Independência e 111º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Renan Calheiros
Pedro Mallan

Ailton Barcelos Fernandes
Paulo Renato Souza
Francisco Dornelles
Waldeck Ornélas
José Serra
Paulo Paiva
Clovis de Barros Carvalho

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 24.3.1999